



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

YONÁ CUNHA TORRES

**ONG'S NA ORIENTAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE RISCO EM SALVADOR NA DÉCADA DE 90: AVALIAÇÃO DE
DUAS EXPERIÊNCIAS**

SALVADOR

1998

YONÁ CUNHA TORRES

**ONG'S NA ORIENTAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE RISCO EM SALVADOR NA DÉCADA DE 90: AVALIAÇÃO DE
DUAS EXPERIÊNCIAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômica da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Wilson Menezes

SALVADOR

1998

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à força divina, que sempre está presente em meus ideais; ao meu avô João, que não tive oportunidade de conhecer, mas aprendi amar através da minha saudosa avó Lalinha, e por amar um dos seus frutos não por ser só o meu pai, porém pela sua transparência e sensibilidade; ao meu avô materno, Jorge Cunha, que foi para mim um exemplo de vida, inclusive uma das razões desta monografia, pois, na sua sabedoria, nunca deixou de valorizar a educação e colaborou na construção do Colégio de Rio Novo no município de Ipiaú, investindo assim na formação de capitais humanos; a minha avó Tina, que, apesar da pouca instrução, sempre soube praticar uma das mais ricas lições, a solidariedade; à minha mãe, que é o meu exemplo de mulher; ao meu irmão, que sempre demonstrou determinação para alcançar suas metas; ao engenheiro Walker Lins, que foi muito importante nas minhas travessias e conquistou a minha amizade; à admirável Tia Ana, mãe de coração de Mariana, uma linda criança, que me ensinou o quanto o amor pode mudar o destino de um ser humano; e a todas as pessoas, que, por algum motivo, não puderam continuar convivendo comigo, mas estão presentes em minhas lembranças, no meu cotidiano, pois somos o que fomos e seremos o que somos.

CRÔNICA

Os olhinhos de Karine

Yoná Cunha Torres

Ainda é agosto. Da janela vejo a chuva cair, preparar a terra para nova estação, a das flores. Do outro lado da avenida, uma menina de colo sente o frio, mais uma nessa imensidão de pobreza (pensa a transeunte). Mas, o sorriso dos olhos daquela anônima criaturinha se destaca no meio do grito de fome e de dor.

A pedestre volta, como que encantada pelo brilho, camuflando total miséria. Agora, ela pergunta, não por curiosidade e passa então a conhecer os fatos:

Sua mãe não tem leite, o corpinho daquela criança pede vitaminas. Necessita do calor e de um remédio para acabar suas feridas. As únicas coisas que a vida deu à garotinha, um barraco para abrigar sete irmãos, um pai que vive de bico e u'a mãe que, analfabeta, desdentada ,luta contra a injustiça social ,com o único instrumento que a vida lhe ofertou, o amor. Após menos de um minuto, aquela criança não é mais uma, embora tenha os problemas das milhões espalhadas pelo mundo. Ela tem um nome, Karine.

E o sorriso de "Kari" mexe fundo no sentimento daquela moça, que sua mãe agradecida lhe diz ser sua tia.

Mais um pouco de intimidade e surgem em sua frente múltiplos problemas. Ela vai se dando conta de um universo que parece pesadelo, um filme de terror.

O cenário é uma invasão, onde ronda a marginalidade, não se tem educação. A escola é a rua, onde meninos que mal aprenderam a falar são ferrados pela dívida social, feito bois pelo seu dono, de pivetes. Essa marca não sai, pelo contrário, ela aumenta, com o passar dos anos, com a triste idéia de ser um menor abandonado.

Na idade adulta, o pior, recebe o diploma de marginal.

E as cenas não acabam por aí, vão se alastrando os crimes urbanos, crescendo a sensação que não há nada a fazer, a não ser estabelecer uma pena de morte e dar fim aos algozes que na realidade são vítimas.

Bastante emocionada, "tia" chora. Lágrimas se misturam ao susto e na sua imaginação como um bloqueio vem outras cenas. O mundo em que ela vive. Como numa máquina do tempo, é sintonizada a sua infância, os retratos de família relembram os momentos felizes, aqueles que a sua consciência não recorda, mas como um filme, vê a sua primeira professora, o seu velocípede, a coleção de bonecas. Um mundo fantástico, cheio de emoções, uma história de verdade, composta de aulas de dança, música e línguas.

Toda uma educação cheia de promessas, desenhando realizações individuais. Indivíduo, será que é isso? Reside aí a raiz de toda dor? Sequências de questões invadem o seu mundo particular. Ela sente necessidade de fazer alguma coisa. Porém, o que?

O poder não está nas suas mãos, a sua voz soa baixinho, ela sabe que não basta denunciar a dor, urge pesquisar o seu bálsamo. É necessário acender uma luz no futuro das crianças e adolescentes, doutrinar mentes, sensibilizar corações capazes de evitar a violência e transformar um cubículo, ou uma mansão num lar. Não esse cheio de presentes, do simples

ao mais valioso, lembrado no dia dos pais, das mães, das crianças ou no Natal. Mas, a lembrança do cotidiano, do saudoso bom dia, do respeito e do diálogo. São esses sentimentos matrizes da fraternidade.

Talvez se ela resgatasse a inocência sem preconceitos e sem a ganância, a mesma que trouxe antes de a vida roubá-la, poderia conseguir desenvolver o espírito de solidariedade. Olhou mais uma vez, para "Kari" e viu nela o mesmo brilho dos olhos somado a um grande sorriso, agora sem o choro e pensou: como poderia sair do anonimato? Se ao menos seus olhos ainda brilhassem, poderia se destacar nas passarelas da vida e dizer **Não** a falta de amor.

A chuva continua a cair fina, as nuvens vão se desfazendo e um brilho do sol vai nascendo aos poucos.

De repente... lá no horizonte, o céu se enche de cores, é um arco-íris homenageando aquele momento de reencontro com a inocência e a sublime decisão de se trabalhar para o progresso humano.

RESUMO

A realização deste trabalho se deve à carência em que estão submetidas as crianças e adolescentes que gera custos e refletem negativamente na qualidade de vida de toda a humanidade. O desemprego, o analfabetismo e a fome atingem a toda sociedade, pois são responsáveis pelo índice crescente de violência urbana, de epidemias e da poluição do ecossistema. Este quadro é um reflexo de um mundo que funciona interligado. Não existe como o homem não receber influência de suas ações, mesmo que esta seja a omissão.

A violência se generalizou, pois o aparato público não tem sido suficiente para conter o índice de criminalidade. Assim, as empresas têm buscado os serviços da vigilância privada, investido em equipamentos de alta tecnologia para evitar os assaltos e feito seguros mais onerosos de seus bens. O resultado dessas precauções é um custo invisível que se reflete no aumento de preços dos produtos e na redução das margens de rentabilidade das empresas, e conseqüentemente a capacidade de investimentos.

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	8
1	INTRODUÇÃO	10
1.1	JUSTIFICATIVAS	92
	METODOLOGIA	10
2	OS MENINOS DE RUA SÃO FILHOS DO SUBDESENVOLVIMENTO	12
2.1	AS CARACTERÍSTICAS DO TIPO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO- ECONÔMICO	14
3	POLÍTICA SOCIAL ESTATAL : um modelo excludente e regressivo	16
3.1	A CAMINHO DA DESCENTRALIZAÇÃO	16
3.2	FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	18
3.3.1.1.1	ALGUNS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988	21
4	TERCEIRO SETOR : uma alternativa de política social mais próxima da sociedade, transparente e eficiente?-----	31
4.1	EMERGÊNCIA DAS ONG'S	31
4.2	O TERCEIRO SETOR PÓS GUERRA FRIA	32
4.3	FONTES DE FINANCIAMENTO:	32
4.4	CRIANDO UM NOVO MERCADO DE TRABALHO	36
4.5	PLURALIDADE DE TEMAS X IMPACTO DAS ONG'S QUE ORIENTAM E DEFENDEM AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO	36
5	ALGUMAS ONG'S DE SALVADOR VOLTADAS PARA A PROBLEMÁTICA DE MENINOS EM SITUAÇÃO DE RISCO-----	38
5.1	ORGANIZAÇÃO DO AUXÍLIO FRATERNAL	
-40		
5.1.1	Avaliação do Projeto BID na O.A.F.	
-43		
5.2	PROJETO AXÉ	
-47		
5.2.1	Perfil das famílias acompanhadas pelo Axé e a escolaridade das crianças e adolescentes	
-61		
6	CONCLUSÃO-----	
	-----65	
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
	ANEXOS	72

APRESENTAÇÃO

Esta monografia é o resultado de uma pesquisa feita durante um ano. No momento da elaboração do Projeto, o objetivo do mesmo foi aproveitar o que havia sido iniciado sobre a área de educação em Mono I. Assim, buscava-se estabelecer uma interseção entre a economia da educação e outra área, quando então o trabalho de assistência social às crianças e adolescentes em situação de risco desenvolvido pelo Projeto Axé motivou essa pesquisa. Até ai não se tinha conhecimento de termos como Terceiro Setor e ONG (Organização não Governamental). O primeiro contato com esses termos foi através do livro de Rifking. Porém o mesmo ajudou muito pouco na pesquisa, pois não aborda o papel da ONG's no Brasil e o contexto em que se desenvolve as mesmas no exterior tem um ponto de vista muito diverso do daqui. Ao longo do trabalho observa-se, por exemplo, que o trabalho voluntário muito comum nos países do Norte não é bem visto pelas ONG's do Sul.

Através dos cadernos da ABONG (Associação Brasileira de ONG's) é que a pesquisa pôde começar a ser estruturada, mesmo assim com dificuldades. O estudo sobre as ONG's não tem sido uma tarefa fácil para seus pesquisadores. As informações são escassas.

Paralelo ao trabalho da primeira parte foi sendo feita a pesquisa do Projeto Axé. Mas, a mesma também apresentou obstáculos, alguns intransponíveis. O Axé ainda não tem um centro de estatística que permita conhecer as características sócio – econômicas dos seus beneficiários. Atualmente é que está sendo implantado o centro de informática para esse fim. Tentou-se uma pesquisa de campo, mas a mesma foi impossível. Os entrevistados foram muito confusos em suas respostas, o que infectou a pesquisa da amostra. Dessa forma, só pôde ser possível a avaliações do perfil das famílias de forma qualitativa através de entrevista com a assistente social. Foram avaliados também a escolaridade e os fluxos de financiamento. Apesar de ter tido acesso aos valores, os mesmos não puderam ser publicados.

Foi no meio dessa série de dificuldades, que surgiu a idéia de enriquecer o trabalho com outro estudo de caso. Assim, recorreu-se à OAF. A mesma foi fundamental para a

conclusão do trabalho. Pois através da mesma foi possível se descobrir a qualidade de vida dos seus beneficiários, onde as seguintes variáveis foram avaliadas: nº de residentes, nº de trabalhadores por residência e a renda familiar.

Reconhece-se que a pesquisa não levantou um ponto importante como a naturalidade dos membros das famílias capaz de medir o índice de migração que provoca o crescimento não planejado das cidades grandes.

Espera-se que esta pesquisa venha contribuir para o estudo sobre as ONG's. É uma área que vem despertando a curiosidade de muitos pesquisadores nos últimos tempos. O próprio Governo, através do SEI(Superintendência do Estado de Informações) desenvolveu neste ano um caderno com a finalidade de informar o porquê das ONG's estarem sendo consideradas uma alternativa para a política social e ambiental.

Finalmente quero externar meus agradecimentos à Marko Adjaric, que colaborou com informações necessárias à pesquisa. O seu talento de jornalista e de economista foi básico para a primeira parte. Também gostaria de agradecer *in memoriam* do Prof. Dr. Milton Santos Filho que se responsabilizou em monografia I pela orientação do meu anterior projeto. Apesar de o mesmo ter sido mudado, não poderia esquecer do seu apoio na hora em que o solicitei. É digno dos meus agradecimentos o meu orientador Prof. Dr. Wilson Menezes, os responsáveis do Projeto Axé, o Diretor Marcos Paiva e a Coordenadora Ametista da OAF que compreenderam o objetivo da pesquisa, os funcionários da OAF e da biblioteca de Ciências Econômicas que não só colaboraram com o trabalho, mas também com o calor humano. O carinho é fundamental sempre, pois no momento em que nos damos conta das limitações, só essa energia é capaz de expandir as nossas fronteiras. Estendo os meus agradecimentos a todos os outros seres vivos, pois o respeito à vida é a essência dessa monografia. Não se pode mais conceber a idéia de que seres humanos vivam em condições sub humanas. Isso não é vida é apenas existir

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico tem por objetivo principal analisar as ONG's¹, como alternativa de política social no que diz respeito à problemática das crianças e adolescentes em Salvador na década de 90.

Embora essa problemática de crianças e adolescentes em situação de risco seja antiga, só recentemente é que a mesma vem ganhando importância no contexto das políticas sócio – econômicas. No fim dos anos 70, a fundação IBGE firmou um convênio com o UNICEF² com a finalidade de pesquisar a situação das crianças e adolescentes do Brasil. A FEBEN e a FUNABEN surgiram como tentativa de educação compulsória no período do regime militar. No entanto, a situação em vez de ser solucionada só foi agravada. As ações governamentais não foram eficazes na medida em que não atacaram os elementos reprodutores do problema. No final da década de 80 o Brasil se mobilizou com a contribuição de várias classes sociais motivadas pelas ONG's com a finalidade de modificar o cenário de fome e de ignorância composto por crianças e adolescentes indefesos. Nesse quadro é que se encadearam as aprovações do artigo 227 da Constituição de 1988 e a regulamentação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Por esse

¹Organizações não Governamentais.

² A ONU criou em 1946 o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) com o objetivo de amparar as crianças órfãs da Segunda Guerra Mundial, principalmente na Europa. A UNICEF esteve presente em 150 países e contou em média com 7,5 mil funcionários e um orçamento anual de US\$ 1 bilhão, segundo os dados da ISTOÉ em 1996. Os recursos são provenientes basicamente dos governos de países desenvolvidos, onde a entidade mantém comitês nacionais. No Brasil, o UNICEF iniciou o seu funcionamento em 1959 na cidade de João Pessoa (PB). Na época, a entidade internacional se preocupava em promover a distribuição de alimentos e remédios para as crianças carentes. Atualmente, no País, o UNICEF possui um orçamento de US\$ 22 milhões, sendo que 75% deles são gerados aqui mesmo. O dinheiro é arrecadado com colaboradores - por intermédio de mala direta -, venda de cartões de Natal e principalmente com o Programa Criança Esperança, há dez anos realizado em parceria com a Rede Globo de Televisão.

Segundo Kayayan, o representante do UNICEF no Brasil, o fundo arrecada ao ano R\$ 22 milhões. Isso é distribuído para centenas de entidades. Setenta e cinco por cento do dinheiro vem do Brasil e o restante do UNICEF de outros países. A maior parte dos recursos vai para o Norte e Nordeste. O principal critério de seleção é a criatividade do projeto. É importante verificar como se atende às necessidades com o menor nível de recursos. Nesses 50 anos, o UNICEF aprendeu com quais organizações deve ou não trabalhar.

documento, a criança e o adolescente passaram a ter prioridade absoluta pelas políticas sociais e foi extinto o termo “menor” que discrimina os mesmos em situação de risco.

Depois de quase uma década de promulgada a lei o que se tem feito é muito pouco, pois ainda é baixa a alocação de recursos. Nesse intervalo, houve os sucessivos fracassos de planos econômicos e finalmente, o controle da inflação com o plano Real. As exigências do mercado de trabalho impostas pelo processo de globalização tornou esse mercado mais competitivo e a taxa de desemprego aumentou .

Em razão desses movimentos em prol das crianças e dos adolescentes, houve um “*boom*” das ONG’s nessa área. Mas, apesar do que se propõe esses tipos de ONG’s não são fáceis as suas realizações. Ela se esbarra em limites humanos e financeiros que apesar de serem transponíveis solicitam tempo e credibilidade.

Essa pesquisa concentra a atenção sobre dois casos em Salvador: o da Organização de Auxílio Fraternal (OAF) que está fazendo quarenta anos de dedicação à causa e o Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente (Axé) que foi fundado em 1991.

1.1 JUSTIFICATIVAS

A realização deste trabalho se deve à carência em que estão submetidas as crianças e adolescentes que gera custos e refletem negativamente na qualidade de vida de toda a humanidade. O desemprego, o analfabetismo e a fome atingem a toda sociedade, pois são responsáveis pelo índice crescente de violência urbana, de epidemias e da poluição do ecossistema. Este quadro é uma reflexo de um mundo que funciona interligado. Não existe como o homem não receber influência de suas ações, mesmo que esta seja a omissão.

A violência se generalizou, pois o aparato público não tem sido suficiente para conter o índice de criminalidade. Assim, as empresas têm buscado os serviços da vigilância privada, investido em equipamentos de alta tecnologia para evitar os assaltos e feito seguros mais onerosos de seus bens. O resultado dessas precauções é um custo invisível que se reflete no aumento de preços dos produtos e na redução das margens de rentabilidade das empresas, e consequentemente a capacidade de investimentos.

Sem educação, nutrição adequada e saneamento torna-se impossível a realização de uma medicina preventiva. Assim os microrganismos se proliferam dando origem a epidemias transmitidas pelo ar, sem selecionar classes sociais. Disso resultam mais custos para tratamento de saúde de capitais humanos.

A qualidade de vida é essencial para a instalação de novas empresas. Portanto, deve fazer parte também de uma política de atração de investimentos a assistência social, principalmente no que diz respeito à conquista da cidadania das crianças e adolescentes que vivem em situação de risco. O controle dessa situação é fundamental para um país que busca o desenvolvimento, pois não se pode mais negligenciar a formação do capital humano.

1.2 METODOLOGIA

Para a realização desta monografia foi feito um levantamento bibliográfico e utilizou-se das pesquisas realizadas na OAF e no Axé.

A pesquisa está dividida em duas partes. Na primeira, foi analisada a política social nacional responsável pelo processo de exclusão e a evolução do Terceiro setor³. Foi avaliado o momento transitório por que passam as ONG's, no qual estão sendo redefinidos papéis destas junto à sociedade, notadamente em função do processo da globalização e da questão ecológica que têm exigido principalmente das cooperações⁴ um novo posicionamento em relação aos projetos

³Denomina-se Terceiro Setor, o setor composto pelas organizações que não pertence nem ao primeiro setor e nem ao segundo setor formados pelas organizações governamentais e empresas privadas com fins lucrativos respectivamente. “(...)o conceito denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à prestação de bens e serviços públicos(...)” (Wilheim, A.M, Ferrarezi, E,1995)

⁴O termo cooperações é histórico, uma vez que a primeira vez que foi introduzido no sistema internacional no contexto da Guerra Fria com o objetivo da reconstrução dos países europeus derrotados pela Segunda Guerra e, posteriormente estendida ao Terceiro Mundo. A partir dos anos 60, a bipolaridade no sistema internacional começou a atenuar-se. Pós o término da Guerra Fria, a noção anterior de cooperação vem necessitando de uma revisão. Assim na década de 90 vem sendo questionado quais devem ser as novas bases para a cooperação no nível interestadual e não governamental. Segundo cita Mariano Valderama “(...) a noção de cooperação se vincula agora a conceitos diversos: estabilização econômica, segurança, pobreza, ecologia ,etc” (Inoue, C.Y, 1997)

A pluralidade de temas e objetivos que move as ONG's é um obstáculo ao estudo detalhado das mesmas nessa monografia. Portanto apenas foram citadas as áreas principais que têm sido responsável pelo "**boom**" no Terceiro Setor,

Feito isso, a pesquisa passou para a segunda parte, que teve como objetivo canalizar o estudo para as ONG's que são responsáveis pelas Crianças e Adolescentes em situação de risco em Salvador.

Através de gráficos e tabelas são demonstrados os resultados dos trabalhos realizados na OAF e no Axé.

2 OS MENINOS DE RUA SÃO FILHOS DO SUBDESENVOLVIMENTO

Os meninos de rua não são frutos de geração espontânea, que ocorre no asfalto, mas do tipo de desenvolvimento sócio - econômico. Às vezes sem saber quem são seus pais, abandonados, órfãos, todos sentem na pele uma certeza - são filhos do processo de exclusão social .

A relação do menor com a rua gera dois conceitos: a) “menino (a) na rua” b) “menino (a) de rua”. O menino na rua está estritamente ligado à pobreza, pois ele vai para as ruas no intuito de complementar a renda familiar e continua vinculado a esta; já o menino de rua tem nela o seu espaço exclusivo de existência e relação, onde se encontra em estado de risco pessoal e social. Geralmente o menino de rua tivera experiência prévia como meninos nas ruas, em consequência da precariedade de referências (família, domicílio, escola.) necessários ao seu desenvolvimento

Existem vários tipos e vivências de “crianças na rua” porém uns não excluem as outras. A rua oferece múltiplas possibilidades, desde a inserção prematura no mercado informal de trabalho até a criminalidade.

Toda criança de rua é pobre. Mas nem toda criança pobre está na rua buscando sua vivência, o que se supõe que o fenômeno “ menino(a) de rua” é um problema ao mesmo tempo econômico e social, principalmente familiar. Para atacá-lo, necessariamente, é preciso ir junto à família; na ausência desta algum tipo de responsabilidade deve ser criado e incentivado.

A família é a instituição primária e serve como instrumento da sociedade para sustentação do seu próprio equilíbrio. Veículo dos costumes e das artes, das tradições e da moral, à família, tal como a conhecemos, também tornou-se uma unidade, um núcleo de produção de fundamental importância no processo de distribuição de recursos na sociedade, no qual se reproduz as tendências de geração a geração.

O que define uma família não é um grupo que vive sob o mesmo teto, mas os laços de altruísmo que ligam os seus membros. O desempenho das funções familiares subordinado à

estrutura da família (composição etária , sexual e por nível salarial de seus membros) determina o nível geral de bem - estar atingido pela família, pois tem um papel importante tanto no processo de geração de renda como na determinação de uso desta.

A coesão da família é fundamental para o equilíbrio de seus membros e reprodução da sociedade. A princípio, a família surge com o pai representando o papel de chefe, responsável pelo orçamento doméstico, e a mãe como dona de casa. Porém diversos aspectos de natureza sócio - econômicas vem concorrendo para uma reestruturação da família que inclui até mesmo, a sua total desintegração.

Em algumas famílias tanto o pai como a mãe são responsáveis pela renda , em outros casos apenas a mãe trabalha; ou a família passa a ser formada por apenas um único membro que tem de prover o seu meio de sobrevivência.

Um espaço organizado é fundamental para a estabilidade das famílias e no entanto devido à pobreza em que vive grande parte delas, a maioria não tem um teto, vive em favelas, onde divide um cubículo com os outros membros. Geralmente esses lugares não apresentam as menores condições de higiene, pela ausência de saneamento além de serem distantes dos pontos de áreas urbanas onde a qualidade de serviço é satisfatória. Dessa forma se torna difícil o acesso às escolas, ao trabalho e ao comércio.

A impotência diante da ausência de conquistas e perdas sucessivas da terra, do trabalho, da subnutrição geram doenças físicas e emocionais que afetam a autonomia e auto-estima do chefe que são essenciais à ordem da família. Sem trabalho o menor passa a ser usado para obtenção de renda das mais diferentes formas. Quando ainda bebês são expostos nos colos de seus pais ou até mesmo alugados para atrair esmolas até o momento em que podem ficar em sinais de trânsito para vender balas, limpar vidros de carros ou pedir esmolas sozinhos, estando sempre em situação de risco.

Essas crianças prestam conta do que arrecadaram e sempre são recebidas com violência pelos mais velhos que as exploram. Quando eles se dão conta que podem sobreviver, de forma independente, fogem de casa, sem identidade, num mecanismo de autodefesa. Nesse estágio há a atomização da família e a rua passa a ser sua casa, onde para ela o tempo se reduz unicamente ao presente - a hora da fome, da chuva, da dor, etc.

2.1 AS CARACTERÍSTICAS DO TIPO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO NA RMS.

O Salvador é cidade histórica por ser a primeira capital do Brasil na época colonial. A sua população tem origem 80% negra, por ter sido cenário de prática do tráfico de escravos africanos. Com a república, os negros ficaram sem emprego ou sub empregados e muitos imigrantes do exterior chegaram no local sem condições de obter os próprios meios de produção e moradia, instalando de vez a pobreza. Esse processo produziu e reproduziu uma desorganização espacial de longo prazo , dificultando assim a modernização da R.M.S

Os homens como todos os animais são dirigidos para onde existem as melhores condições de sobrevivência. Portanto, assim que se iniciou em 1940 a implantação da infra estrutura de Salvador, volumosos fluxos de imigração ocorreram. Do interior do estado muitos imigraram com condições de capitalização e contribuíram para os empregos, outros se empregaram. Mas a maioria carregou, apenas, uma trouxa e sonhos na cabeça que nas cidades viraram pesadelos, na forma de subemprego e criminalidade, pois estes não tiveram recursos para instalação de uma atividade autônoma mais rentável e a escolaridade era insuficiente para obter melhor remuneração. Dessa forma a pobreza e suas seqüelas tomaram proporções intensas, geradas pelos fatores ideológicos, políticos e econômicos, tais como: a) o Estado não criou uma infra-estrutura adequada para receber esse contingente populacional e não teve meios suficientes para conter o êxodo rural ; b) os empregos criados não foram suficientes para demandar a oferta de trabalho; c) as discriminações salariais geraram uma distribuição de renda desigual e foram adotadas políticas econômicas burocráticas que só fizeram multiplicar a desordem nas metrópoles que levaram a conseqüências graves e de longo prazo para a cidade. Em nova etapa , a expansão industrial através do CIA, Pólo Petroquímico, do Centro Industrial do Subaé no início dos anos 80, criou uma nova corrente de imigração proveniente de outros estados que contribuiu fortemente para a concentração urbana e o aumento do custo de vida, alterando negativamente a distribuição espacial soteropolitana.

O alto nível de poder aquisitivo, de imigrantes e naturais da capital gerou o acréscimo de habitações luxuosas, localizadas nas áreas centrais, mais novas da cidade, que gradativamente, combinados às crises econômicas, as iniciativas do Estado e valorização das terras na década de 80 foram expulsando as famílias mais pobres para periferias que não tinham infra-estrutura adequada para recebê-las. Distante dos colégios, a escolaridade das crianças foi comprometida e assim na fase adulta ficaram , sub empregadas e desempregadas pelo baixo índice de qualificação do capital humano investido. Na condição de pais, sem conhecimento de planejamento familiar, atualmente contribuem para o agravamento da pobreza em que viviam, sendo forçados a desrespeitar o direito á educação e lazer previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição, através da exploração do trabalho infantil e perigos das ruas a que expõem suas crianças e adolescentes para sobreviver, onde acabam construindo o seu espaço principal de referência.

Salvador economicamente é predominantemente terceária e com um grande potencial turístico. As indústrias são encontradas em grande concentração na RMS. Mas essa estrutura não tem sido suficiente para absorver a população economicamente ativa, ainda que tenha crescido o emprego bastante nesses lugares nos últimos tempos.

Essa conjuntura concorre para a desintegração das famílias, embora o fator decisivo para a atomização não seja o econômico senão todas as famílias pobres acabariam num único elemento. Para vencer a problemática dos meninos de rua é necessário cuidar do presente e semear esperança de dias melhores através de um processo de educação que ofereça ao indivíduo o verdadeiro sentido de cidadania.

3 POLÍTICA SOCIAL ESTATAL : um modelo excludente e regressivo

3.1 A CAMINHO DA DESCENTRALIZAÇÃO

O Estado é descrito nominalmente segundo cita J.U. Ribeiro em “*Política Quem Manda, por que Manda Como manda.*” como uma instituição neutra que deve estar a serviço da coletividade, representando o interesse público. No entanto, no Brasil, o “*Estado não é uma instância neutra. Constitui o representante dos interesses predominantes das classes dominantes*” (Pereira: 1977) formadas pelos capitalistas e tecnoburocratas que dividem o excedente em termos de ordenados e lucros. Dessa forma o exercício de cidadania ficou bastante comprometido pelo autoritarismo, corrupção e clientelismo que sacrificaram a classe trabalhadora e geraram a exclusão social ao longo deste século.

O Brasil é um país de dimensões continentais, tem uma extensa costa marítima e no entanto é um país em que circula a crise econômica. Detentor de uma biodiversidade reconhecida por instituições internacionais com uma população de mais de 160.000.000 de habitantes, o Brasil é uma nação em potencial para ser independente economicamente, porém, ele ocupa ainda o lugar de país em desenvolvimento enquanto outros países com baixa variedade de recursos físicos venceram a crise econômica através de seus recursos humanos e hoje são classificados como países de primeiro mundo.

Os estudos realizados pelo IPEA concluíram, que ao contrário do que se imaginou, a década de 80 não foi perdida do ponto de vista econômico. Embora o balanço tenha terminado desfavoravelmente (representado pela queda do PIB per capita de 4%), ao ano, os indicadores sociais se revelaram contra a hipótese esperada de que a pobreza teria aumentado na década de 80. Mas reconheceu a queda dos rendimentos reais da população.

Essa conclusão demonstra a possibilidade de haver um paradoxo: A problemática da pobreza e da desigualdade social não se restringe exclusivamente à má distribuição de renda. Outras variáveis então contribuiriam para explicar o desenvolvimento em situações nas quais a disponibilidade e o acesso aos serviços públicos se mostraram fundamentais à resolução da pobreza .

Nessa direção, foi observada a importância de uma Política Social, pois esta impediu que o quadro de carência tomasse proporções ainda mais graves. “*Entretanto, o patamar das carências sociais e das desigualdades permanece ainda demasiadamente elevado em relação aos padrões internacionais.*” (Silva,L.C.E,1992)

No meio desse cenário, uma política de financiamento nos estados de acordo com as necessidades regionais, próprias para cada região se faz necessária.

É nesse sentido que a Constituição de 1988 introduziu o conceito de descentralização, entre esferas do Governo e entre poderes decorrentes das lutas de início da década de 80. A crise do financiamento das políticas federais resultante do modelo econômico centralizado requisitou debates e movimentos em prol da implementação de um Estado descentralizado no que se refere à política, administração e fiscalização. Toda a sociedade se movimentou em favor da democracia, mas esta só se tornou real no campo político, uma vez que a cidadania só existe para a maioria do povo brasileiro no papel.

A descentralização é um dos caminhos para a obtenção da eficácia e eficiência nas políticas sociais, uma vez que fortalece o poder e a autonomia dos governadores e prefeitos. Assim, o Governo não precisa mais estar subordinado à ideologia do Governo Federal para ter acesso às verbas públicas federais.

Embora a Constituição de 1988 tenha introduzido o conceito de “descentralização”, o Governo Collor foi caracterizado pela centralização e clientelismo. Assim a pretensa descentralização na realidade é uma “*descentralização tutelada*”.

A “*descentralização tutelada*” foi caracterizada pela criação de instâncias centralizadoras e seletividades dos financiamentos sem nenhuma base técnica. O papel da Fundação do Amparo ao Estudante (FAE), na compra e distribuição de alimentos para todos os programas federais de alimentação e nutrição, o papel do INAMPS no repasse de verbas para a saúde e do MEC nos convênios firmados com as prefeituras (via DEMECS’) ilustram exemplarmente essa prática.

Esse tipo de descentralização teve uma forte influência sobre a área de Saúde e Educação..”
A descentralização foi realizada sob estrito controle da esfera federal. E na verdade,

restringiu-se à execução das políticas. No tocante a quem detém o poder de alocação dos recursos, houve fortalecimento do Governo Federal” (Medice,1992)

O governo Collor com seu perfil, neo-liberal, utilizou como estratégia de estabilização econômica, um ajuste nas contas públicas a partir de cortes centrados prioritariamente nos gastos sociais. Os gastos sociais não foram ainda menores devido aos mecanismos institucionais que garantiram a manutenção de parte das despesas programadas. *“O Impacto das políticas de contenção de gastos não foi igual para todas as áreas sociais. Tendo em vista o volume de recursos que mobilizam, os setores mais prejudicados foram Educação, Previdência e Saúde” (Médice,1992)*

Conclui-se assim que o Brasil gasta pouco e mal com políticas sociais. Dos recursos desembolsados, somente uma pequena parcela chega aos cidadãos - usuário dos serviços públicos. Diante dessa conclusão, o papel do estado começa a ser repensado objetivando a prática da “descentralização” através da criação da LOAS- Lei Orgânica social. A LOAS tem como objetivo a integração entre o social e o econômico.

A viabilidade da democracia, como cita Hebert de Souza, deve ser fundamentada em cinco princípios básicos : Igualdade, participação , diversidade , solidariedade e liberdade. Apenas numa sociedade democrática as políticas sociais poderão ser de fato, eficientes. No Brasil não há eficiência estatal pelos vícios impregnados do autoritarismo entre a relação Estado e sociedade. Na opinião de Xavier, se não houver mudanças de paradigma que decorre das relações de poder na sociedade a política social sempre estará fadada ao fracasso.(Jaccoud,1991)

3.2 FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

A partir da Constituição de 1988 as políticas sociais a cargo do Governo Federal têm sido financiadas por fontes fiscais e por fundos sociais. Por fundo fiscais se entende os recursos arrecadados por impostos diretos e indiretos. Os impostos diretos incidem sobre a renda ou sobre o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas; já os impostos indiretos tem como base a produção e a circulação de mercadorias e serviços.

Define-se como fundos sociais no Brasil, aqueles compostos por recursos derivados de contribuições sociais específicas, geralmente vinculados ao desempenho de programas sociais. A origem deles é bastante diversificada como por exemplo: folhas de salários, faturamento das empresa, venda de gasolina e loterias.

Os principais fundos sociais existentes no Brasil são o Fundo de Previdência e Assistência Social (FIAS); Contribuição para o Financiamento da Seguridade (COFINS) o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLLE).

Observa-se aí o grau de importância do controle da destinação dos fundos através da divulgação periódica dos gastos, pois assim evita-se o desvio de verbas.

A vinculação de recursos é motivo de debate entre os gestores da política econômica e os gestores da área social. Os primeiros rejeitam, mas os segundos defendem, já que a vinculação protege as prioridades sociais. Segundo Médice, no momento de elaboração e execução do orçamento não ficam definidas as necessidades sociais, assim estas podem ser atendidas de forma ineficaz.

Os recursos que financiam a educação pública têm origem na maioria das contribuições sociais que incidem nas folhas de salários (Salário - Educação) e sob o faturamento das empresas (FINSOCIAL). Como a arrecadação de impostos da folha de salário é determinada pelo emprego formal, então o investimento em Educação é proporcional ao número de carteiras assinadas e a flexibilização de salários tem consequência direta na Política Educacional

Pelos demonstrativos das contas da União, as despesas contabilizadas em Financiamento da Educação não representam o total de gastos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).O que na realidade se gasta em Educação é bem menos, pois são incluídas nesta contas indiretas como alimentação, saúde do estudante, construção de ginásios para práticas desportivas, despesas com pessoas inativas das redes de ensino que diretamente já pertence a outras contas. Além dessa dificuldade de identificação dos valores efetivamente gastos em Educação, o que se demanda é inferior ao mínimo - que segundo a Lei

7.348/85- o gasto com MDE deveria ser 45% da FEC (Função Educação e Cultura) na União e 85% nos Estados e Municípios .

Comparando os gastos da União com os Estados e Municípios, observa-se que os Estados são mais eficientes nas despesas com ensino , já que aplicam em educação valores superiores ao mínimo (MDE= 85% da FEC). Quando se compara a fatia do PIB (Produto Interno Bruto) dirigida ao MDE, o valor é inferior à metade do que se gasta em média nos países desenvolvidos

Concretamente, o Brasil, através da Constituição de 1988, deu um importante passo, ao tornar a alíquota obrigatória mínima para investimento em educação 18% da receita anual

Salário - Educação

O Salário - Educação é uma contribuição social paga por toda empresa contribuinte do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), cuja alíquota é de 25% da folha de distribuição e destinado ao financiamento do ensino fundamental. A avaliação detalhada do Salário - Educação indica as seguintes questões :

Além de ser regressivo (a alíquota é baixa e só recai sob o ensino fundamental), é uma contribuição só das empresas urbanas, o que significa uma isenção das rurais. O sistema de transferências (duodécimos) retêm boa parte dos recursos do INSS.

Pelo estudos de Xavier e Marques, em 1987, cada aluno no ensino fundamental custa ao Estado US\$ 80,00 (oitenta dólares) e o valor aplicado no mesmo ano representava 2/3 do que era arrecadado. O resto (1/3) era guardado para o exercício seguinte e o dinheiro acabava se perdendo no INSS ou no próprio FNDE. Os recursos do SME representam uma grande soma da arrecadação do FNDE. O grande problema é que este se destina mais às escolas privadas e por último, a falta de fiscalização estimula a sonegação.

FINSOCIAL - O Fundo de Investimento Social foi criado em 1982 com o objetivo de apoiar investimentos de características assistenciais nas áreas de alimentação, habitação popular, saúde, educação e amparo ao pequeno agricultor e tem seus recursos administrados

pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS). Os pontos positivos deste fundo estão no fato de que ele mobiliza recursos significativos (2%) e incide no faturamento bruto das empresas. Os problemas do Fundo são a regressividade e perda inflacionária

“O Governo tem buscado alternativas para desvincular recursos como o Fundo Social de Emergência (FSE) criado em 1994 através de uma medida provisória. O FSE é composto de 20% do produto da arrecadação de todos os impostos e contribuições da União (exceto algumas definidas em seu dispositivo legal, nelas incluídas à contribuição paga ao INSS.” (Médice;1995)

Em 1995, houve uma arrecadação recorde das contribuições sociais, porém estas não foram em sua totalidade canalizadas para os ministérios da área social. A manutenção do Fundo Social de Emergência no período, reduziu a disponibilidades de recursos. Como as necessidades de gasto foram superiores, o ministro da saúde, Adib Jatene requisitou a criação de novos impostos como a Contribuição sobre Movimentação Financeira.

3.3 ALGUNS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988

"A partir deste momento, a qualidade de vida de nossas crianças será preocupação central e objetivo maior da ação do Governo". (Discurso pronunciado em reunião Ministerial, Palácio do Planalto, 31/05/90)

Quando o presidente Collor assumiu o Governo, o Brasil tinha cerca de 65 milhões de crianças e adolescentes com idade de até 19 anos; e 250 mil crianças morriam antes de completar o primeiro ano de vida. A desnutrição, a ausência de saneamento básico generalizado, principalmente no Nordeste, o analfabetismo, o altíssimo índice de evasão escolar, a exploração infantil e a violência foram palavras chaves do seu discurso.

A Política neo – liberal, como já foi citada, utilizou como estratégia de estabilização o ajuste nas contas públicas, principalmente nos gastos sociais voltados para programas universais. Desse modo, o Estado reduziu 3,9% em 1990 e em 1991, 12,4% o montante de gastos sociais. Este só não foi menor devido ao gastos de “Assistência às Crianças e

Adolescentes”. Mas, a Educação ficou negligenciada, pois no ano 1990/91 houve uma queda acumulada de 49,3%. Assim, a política social que foi realizada por Collor deu continuidade ao assistencialismo.

Programa Comunidade Solidária:

O Programa Comunidade Solidária foi criado formalmente pelo Decreto- Lei 1366, de 12/01/95 e pelo decreto ato s/nº, de 17/02/95 com a finalidade de propor as ações prioritárias na área social: saúde, alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural , geração de empregos e renda e defesa de direitos.

O programa se utiliza de métodos paliativos como a seleção de bolsões de pobreza e a distribuição de cestas básicas e repasse de recursos para a merenda escolar. Dessa forma o programa tem cumprido apenas dois papéis: aliviar a tensão social nos principais bolsões, propagando assim uma preocupação inexistente com o .social Esta é anulada pela política fisiologista e clientelista, antigos componente da história nacional.

O programa comunidade solidária teve um reduzido impacto social, uma vez que “*a distribuição de leite ficou aquém da realizada pelo governo Sarney e a distribuição de cestas alimentares não superou as do governo Collor.*” (Bava, 1996)

Programa de Garantia de Renda Mínima:

O objetivo do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), projeto de lei apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) em 1991, visa “*a garantia do crescimento econômico acompanhado de melhoria da distribuição de renda de ataque direto ao problema da pobreza* “

O PGRM é um ideal de muitos.

"precisamos também que todos os cidadãos de nosso país tenham acesso ao mínimo necessário à sua sobrevivência" (Sousa, apud. Brasil,1992)

“Segundo o Projeto de Lei da Câmara N° 2.561, de 1992 que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM, “todo brasileiro com 25 anos de idade ou mais que ganha menos de CR\$45,000,00 terá direito a receber do Estado de 30% a 50% da diferença entre o que ganha e CR\$45.000,00”. (Brasil, 1992)

“O valor de Cr\$ 45.000,00 que aparece no Artigo 1° do projeto de lei representa, em outubro de 1996, aproximadamente R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), considerando-se a correção daquele valor, segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência (Ufir) e do PIB per capita de 1991” (Ibid.)

Vejamos os exemplos de uma pessoa que se encontra desempregada, sem qualquer renda, e outra que recebe 1 (um) salário mínimo mensal.

	Desempregado	salário mínimo
patamar definido na lei	240,00	240,00
salário	0,00	112,00
diferença entre salário e o patamar da lei	240,00	128,00
benefício (30% da diferença)	72,00	38,40
renda mensal total (salário + benefício)	72,00	150,40

Observação: valores em Reais.
Fonte: (Ibid.)

“As pessoas com renda zero receberiam R\$ 72,00, uma renda mínima destinada a esses cidadãos com o objetivo de erradicar a miséria. Para aquele que ganha 1 (um) salário mínimo, o programa garantiria uma complementação de R\$ 38,40, totalizando R\$ 150,40 de renda mensal. Dessa forma, a pessoa sempre terá uma renda mensal total maior se estiver trabalhando.” (Ibid.)

O PGRM “aponta um caminho de desenvolvimento para o país, que gera emprego e distribui renda”, na medida em que cria um mercado de consumo interno forte, possibilitando o desenvolvimento sustentável.

“Estudos de Samir Cury (Suplicy, E.M. & Cury, S. "A Renda Mínima Garantida como proposta para remover a pobreza no Brasil". Revista de Economia Política 14(1), 1994) demonstram que um aumento de renda de 5% do PIB (Produto Interno Bruto) para os que

ganham até 2 salários mínimos, resultaria no crescimento de 8,52% do PIB e na criação de mais de 2,5 milhões de empregos formais e outros 2 milhões de empregos informais.”

No Brasil, em 1990, 38.932.695 cidadãos com mais de 25 anos de idade ganhavam menos de 2 (dois) salários mínimos e seriam beneficiados pelo programa:

Rendimentos	Beneficiado
sem rendimento	16.893.368
até 1/2 salário mínimo	3.418.287
de 1/2 a 1 s.m.	7.832.550
de 1 a 2 s.m.	10.788.490
TOTAL	38.932.69
Fonte: IBGE, PNAD 1990	

“O PGRM elimina intermediações e destina os recursos diretamente para as mãos de quem deles necessitam, reduzindo as desigualdades regionais e a urgência da migração.”
(Ibid.)

“A princípio o PGRM estaria vinculado a educação. As primeiras beneficiadas seriam as famílias que possuem filhos em frequência escolar e moram nas regiões mais pobres”.
(Ibid.)

Dessa forma, as crianças estariam protegidas da exploração, a vaga que lhes eram antes destinadas passariam a pertencer aos adultos.

Essa vinculação garante ao programa uma face de investimento e conseqüentemente desenvolvimento. Medidas paliativas, comuns dos programas sociais já demonstraram que acomodam os beneficiados e não geram progresso. O primeiro passo para conquista da cidadania é auto – estima. o P.G.R.M acredita que o “cidadão de papel “ busca o direito de trabalhar, viver da sua própria renda, para se tornar um cidadão de fato. Nesse sentido é que o benefício do desempregado é menor que o do trabalhador. Com o aumento da renda entre os miseráveis espera-se a ampliação sobretudo da demanda por produtos básicos. A grande questão é se a demanda gerará emprego a curto prazo como idealiza o programa? Nessas regiões o mercado é composto por pequenos armazéns, assim a probabilidade de elevação da demanda de mão- de - obra por parte desses micro empresários são mínimas. Para atender esse objetivo é que foram criados incentivos fiscais, mas a infra estrutura dessas regiões é insuficiente para a atração de investimentos.

“Com a intensificação dos debates sobre a renda mínima em todo o Brasil, vários Estados e Municípios implantaram programas que aliam a garantia de renda à frequência escolar. Em 1995, os governos Cristovam Buarque (PT), no Distrito Federal, e José Magalhães Teixeira (PSDB), em Campinas, iniciaram programas de renda mínima relacionados à educação” (Ibid.)

“Emendas foram propostas pelo relator deputado Germano Rigotto, na finalidade de aperfeiçoar o projeto. A Emenda exclui do programa os membros desempregados com renda individual menor que R\$ 240,00 mensais mais que pertençam a famílias com renda total superior a R\$ 720,00 mensais.” (Ibid.)

Como tem uma característica progressiva em relação à renda per capita, o programa deve se iniciar nos três Estados de menor renda per capita (Piauí, Tocantins e Maranhão), no primeiro ano, pelos demais Estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha, no segundo ano; e, progressivamente, até alcançar os Estados de maior renda per capita.

“Estabelece-se também que à medida que o PGRM for implementado, programas de política social compensatória, incentivos e renúncias fiscais, em valor igual ao financiamento do programa, devem ser gradualmente extintos” (Ibid.)

“Outra alternativa a ser considerada combina a idéia de uma renda de cidadania com o formato de um crédito fiscal, primeiro crescente, para depois, em patamar mais elevado de renda, se tornar decrescente. Essa sugestão proporciona uma complementação de renda às pessoas com rendimento bruto mensal inferior a R\$ 321,00 (trezentos e vinte e um reais) ou um pouco menos de 3 (três) salários mínimos. O formato da proposta proporciona um estímulo para que melhorias salariais sejam sempre buscadas pelos trabalhadores.” (Ibid.)

“Segundo esta proposta, o benefício seria pago da seguinte forma:

Indivíduo com renda mensal igual a zero terá direito ao valor de R\$ 20,00.

Indivíduo com renda mensal inferior a R\$ 100,00 terá direito a R\$ 20,00 mais 40% de sua renda.

Indivíduo com renda mensal maior que R\$ 100,00 e inferior a R\$ 150,00 terá direito a R\$ 60,00.

Indivíduo com renda mensal maior que R\$ 150,00 terá direito a R\$ 60,00 menos 35% de sua renda que ultrapassar a R\$ 150,00". (Ibid.)

"A sugestão alternativa, PGRM2, visa justamente estimular a formalização do trabalho e evitar a subdeclaração de rendimento, pois quanto maior o salário, até R\$ 150,00, maior o valor do benefício. A faixa de benefício máxima é atingida entre R\$ 100,00 e R\$ 150,00, para depois diminuir gradativamente.

O desempregado, por exemplo, receberia um benefício mensal de R\$ 20,00. Se começar a trabalhar recebendo um salário mínimo (R\$112,00), terá direito a mais 40% de R\$ 100,00 como benefício, além dos R\$ 20,00. Assim, o valor do benefício será R\$ 60,00, totalizando R\$ 172,00 de renda total mensal.

Para efeito de comprovação de rendimentos, pode-se exigir que o beneficiário do programa seja contribuinte ou venha a contribuir com a Previdência Social. A possibilidade de vir a receber o benefício deverá estimular o ingresso no mercado formal de trabalho." (Ibid.)

"Em 1993, o Prof. Luiz Guilherme Schymura de Oliveira propôs uma renda de 20 dólares igual para todos, em substituição aos inúmeros programas sociais existentes. Dois anos depois, o economista Stephen Kanitz sugeriu ao Senador Eduardo Suplicy que apresentasse um projeto através do qual cada cidadão brasileiro viesse a possuir um cartão magnético que lhe desse direito a um crédito de cerca de R\$ 20,00 mensais. Suplicy, em artigo "They don't care about us", publicado na Folha de S.Paulo em 28/2/96, propôs que a operacionalização do PGRM utilizasse tal cartão magnético.

A implementação de proposta nessa direção foi efetivada pelo Governador do Amazonas, Amazonino Mendes (PPB) que iniciou, em 1996, o programa "Direito à Vida". Foram cadastradas 104 mil famílias consideradas em estado de pobreza absoluta que receberam cartões magnéticos, com validade de um ano, do Banco do Estado do Amazonas. O Banco confere pagamento mensal de R\$ 30,00 por família.

Em março de 1996, o Governador Siqueira Campos (PPB), do Estado de Tocantins, criou o programa "Pioneiros Mirins" pelo qual 15.300 crianças, em 139 municípios, estão recebendo uniforme, duas refeições diárias e uma bolsa mensal de R\$ 30,00. Suas famílias têm direito, mensalmente, a uma cesta-básica. O programa procura garantir a freqüência à escola e, paralelamente, desenvolver atividades esportivas, de lazer, artesanato, plantação de hortas e reforço escolar. Após completar 14 anos de idade, o adolescente ingressa em outro programa que objetiva a sua preparação e inserção no mercado de trabalho

[...]

Além do acesso prioritário ao programa para as famílias cujos filhos encontravam-se em estado de subnutrição e "em situação de rua", as crianças passaram a ter atendimento preferencial nos postos de saúde e matrícula nas creches, pré-escolas ou escolas de 1º grau da prefeitura. Foram formados Grupos sócio - educativos, que reúnem mensalmente as famílias beneficiadas e técnicos da prefeitura, ocasião em que são discutidos os problemas encontrados por cada família. Foi realizado um acompanhamento da utilização dos recursos recebidos, através das "cadernetas de consumo" e verificada a melhoria das condições da família e a atenção que está sendo dispensada aos filhos com relação a sua formação educacional.

O Relatório chama a atenção para a alta participação das famílias monoparentais (45,5% do total), em geral encabeçadas por mulheres; para a juventude dos requerentes dos benefícios (64,5% têm no máximo 34 anos de idade); para a distribuição dos beneficiários por faixa de renda (42,5% das famílias não tinham renda); para a precariedade das condições de trabalho (desempregados e trabalhadores em atividades de baixa qualificação), sendo que 64% dos beneficiários não possuem carteira de trabalho; para a alta densidade de habitantes por cômodo em suas habitações; e para os elevados percentuais de crianças com idade superior à recomendada para a série que estão cursando. A situação educacional dos chefes de família também foi analisada, constatando-se que 23% não freqüentaram a escola e 50% cursaram, no máximo, até a 4ª série do primeiro grau.

Quanto aos impactos distributivos, o estudo avaliou que o PGRFM triplicou os recursos das famílias e desconcentrou a distribuição das mesmas pelas faixas de renda. Os beneficiários do programa utilizaram os recursos obtidos na compra de gêneros de primeira necessidade, como alimentação, material de higiene e limpeza (45,8% dos itens mencionados) e de roupas e calçados (10,4%), para possibilitar a própria procura por trabalho ou a ida das crianças à escola. Vários entrevistados utilizaram os recursos para comprar pequenos eletrodomésticos, como fogão, máquina de costura e outros, que podem representar uma fonte adicional de recursos.

A maior dificuldade demonstrada no estudo, refere-se ao controle e fiscalização da renda recebida pelas famílias, principalmente devido ao elevado grau de informalidade das relações de trabalho encontrada no público alvo do programa.

[...]

Com base nesses resultados, Urani fez algumas recomendações: as transferências poderiam dirigir-se às famílias e não aos indivíduos; a linha de pobreza deveria ser calculada em termos de renda familiar per capita; o benefício deveria ser calculado visando elevar a renda familiar per capita até a linha de pobreza; seria oportuno endereçar os beneficiários do PGRM aos programas de treinamento e aperfeiçoamento profissional do Ministério do Trabalho já existentes, sem instituir novos programas para esse público específico; o PGRM deveria ser harmonizado com outras políticas públicas existentes sem que haja, portanto, necessidade de substituí-las.

Os pesquisadores observaram que 96,8% [em Brasília] dos requerentes são do sexo feminino e que cerca de 60% são casados. Aproximadamente 90% têm entre 25 e 49 anos. O grau de instrução dos requerentes é extremamente baixo - 26,4% são analfabetos e 61,9% são apenas alfabetizados. O tamanho médio das famílias é de 5,1 membros e o percentual de requerentes que possuem trabalho é superior a 50%. As famílias selecionadas possuem rendimentos baixos: 24% até 1 salário mínimo, 73,9% até 2 salários mínimos e 93,5% até 3 salários mínimos.” (Ibid.)

Diante de todos os programas apresentados, o PRGM é o mais capacitado, pois tem como base a educação. O programa oferece subsídios tanto para a mínima sobrevivência dos beneficiários como atende aos princípios básicos que geram o desenvolvimento. Assim o programa é composto de mecanismos para atender objetivos de curto e longo prazo. Embora os resultados sejam positivos nas regiões em que vem sendo aplicado, este não é um programa que possa ser reproduzido em toda a nação como deseja o presidente em F. H.C.

“Hoje, [em Brasília] o programa atende 22.608 famílias de Brasília e das suas 12 cidades - satélites. A evasão escolar foi reduzida a praticamente zero: apenas 0,4% das crianças participantes do bolsa - escola largou os estudos no meio. O índice de repetência caiu de uma média de 16% para 8% dos alunos matriculados em escolas públicas. O Distrito Federal destina R\$ 32 milhões por ano para o programa, ou 0,6% do seu orçamento.” (Ibid.)

Recentemente, o presidente F.H.C lançou uma versão do P.G.R.M com a finalidade de beneficiar 3,3 milhões de famílias até o ano de 2002. Porém o mesmo apresenta falhas ao excluir justamente os municípios mais pobres, uma vez que o projeto exige uma contrapartida considerável dos estados e municípios de 50% enquanto o restante será financiado pelo Governo Federal. Além disso, os municípios candidatos à participação do P.G.R.M deverão ter a receita tributária per capita inferior à média estadual. Assim, a restrição deixará de fora mais de 2.000 municípios conforme o estudo do IPEA. Segundo Paulo Renato, o ministro da educação, quem determinará o valor do acréscimo da renda familiar é o nº de filhos entre 7 e 14 anos matriculados em escolas públicas e assíduos comprovadamente todo mês. A complementação dada pelo Governo é irrisória, R\$15,00 por família, no entanto para o orçamento representa uma despesa significativa.

Uma política social urge no Brasil. Não se pode mais utilizar medidas paliativas. Elevar o índice de escolaridade só não é suficiente. É preciso qualificar o ensino e criar condições para a retomada do desenvolvimento, senão o mercado continuará incapacitado para absorver a futura mão de obra e continuará demitindo em vez de empregar. Dessa forma, seria necessário mais investimento na qualidade das escolas públicas e das Universidades e

que o Brasil retomasse o caminho do desenvolvimento para demandar seus futuros capitais humanos formados.

Do contrário, a instrução desqualificada não passará de gastos. É nesse sentido que as reformas estatais se fazem necessárias, pois o problema do Brasil além de conjuntural é estrutural.

O resgate da dívida é impossível de se completar no curto prazo, os ônus dos juros reais pagos sobre a dívida interna e os encargos sociais são um dos grandes responsáveis pelo deficit fiscal nacional. Segundo José Roberto Mendonça, um dos impactos negativos da queda da inflação é elevação de gastos que repercute no orçamento.

Na metade da década de 80 as aposentadorias representavam menos de 3% da renda nacional, porém triplicou a conta na década de 90. No ano de 1995, as contribuições dos ativos somou apenas 15% das despesas com a previdência. Assim o Governo recorreu a outras fontes para cobrir os 85% dos gastos e sacrificou a parcela que estava destinada à modernização da infra – estrutura.

Pelos cálculos do ex ministro Bresser Pereira feito em 1997, a redução da folha de pagamento dos Estados e municípios para o teto de 60% da receita proporcionaria uma economia equivalente a 2% do PIB. Assim, o dinheiro recebido das vendas da estatais e a economia de gastos com as mesmas representariam uma parcela significativas que poderia ser utilizada no pagamento da dívida externa.

Diante do cenário social que não pode esperar pela aprovação ou não das discussões no Planalto da República, a própria sociedade vem se organizando com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população carente em suas necessidades básicas através do Terceiro Setor. Nesse sentido é que os próximos capítulos irão analisar o papel das ONG'S, suas relações com as fontes de financiamento das mesmas, quais tem sido os seus impactos sócio - econômicos.

4 TERCEIRO SETOR : uma alternativa de política social mais próxima da sociedade, transparente e eficiente ?

Sem um modelo de estado eficiente que atendesse de fato as propostas do Welfare State, a alternativa para controlar a exclusão foi buscar apoio nas ONG's *que “compõem, juntamente com as organizações sem fins lucrativos, o Terceiro Setor na finalidade de desenvolver a ¹“economia social”, expressão da força dinâmica do mutualismo, do cooperativismo e do associativismo, com autonomia e gestão próprias, independentes do Estado”*(LOAS,1991)

4.1 EMERGÊNCIA DAS ONG'S

No início, as ONG's foram criadas sob o pretexto de amenizar as conseqüências da Segunda Guerra Mundial através de iniciativas empresariais e de cooperações internacionais, mas a essência dessas alianças foi a preservação da zona de influência dos países do Norte sobre países europeus e do Terceiro Mundo devido à Guerra Fria. Primeiro as cooperações centraram sua atuação na Europa e posteriormente, estendidas ao Terceiro Mundo, onde os excluídos do Brasil também passaram a ter o apoio internacional.

Durante o primeiro período pela própria natureza política do seu movimento, as ONG's não receberam recursos internos e foram apoiadas por diversas organizações, tanto governamentais como não governamentais do norte. Entre os países que cooperaram com as ONG's brasileiras, se destacaram as alemãs e holandesas pois auxiliaram na finalidade de aliviar o sofrimento dos seus imigrantes e descendentes desses povos.

Segundo Landim e Cotrim, vinte por cento das primeiras ONG'S nacionais fundadas na década de 60 foram inspiradas pela Teologia da Libertação, pelos ideais de Paulo Freire e pelo marxismo. Durante a década de 70 e 80, as ONG's agiram separadas do Estado, fazendo oposição ao regime militar e ao modelo assistencialista - clientelista junto às outras parcerias. Evidenciou-se assim uma característica anti governamental antes das ONG's dos anos 90.

4.2 O TERCEIRO SETOR PÓS GUERRA FRIA

O contexto em que se desenvolveram as primeiras ONG's não é mais o da Guerra Fria. Hoje, se processa a globalização que, junto à questão ecológica, exige reformas nas bases dos pactos de cooperação, pois uma multiplicidade de fatores têm se colocado como obstáculos aos custeios das ONG's. Assim há uma tendência à redução de recursos e/ou concentração destes em algumas regiões geográficas, em detrimento de outras. Pois a finalidade em que estão sustentadas, atualmente, as cooperações é desafiar os problemas globais da humanidade e não mais as estratégias políticas.

4.3 FONTES DE FINANCIAMENTO

Para o seu funcionamento, as ONG's têm cinco alternativas de captação de recursos:

- a) Esfera Internacional = Agências Internacionais Governamentais e Não Governamentais
- b) Entidades Privadas Brasileiras
- c) Esfera Governamental
- d) Esfera não Governamental Nacional
- e) Auto sustentação

Estas fontes são interligadas, e geram um imenso sistema econômico dependente das leis de mercado, sujeito à influência de diversos fatores como: estrutura de mercado e da produção, competitividade entre as ONG's, poder aquisitivo e decisões de investimento.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento(PNUD),2500 agências de solidariedade e financiamento nos países do Norte apoiam cerca de 50.000 ONG's no Sul. Anualmente há uma transferência de mais ou menos U\$5,5 bilhões de doações particulares e 2,2 bilhões de recursos governamentais por via das agências. Em comparação,

diretamente o total de cooperações Governamentais foi de U\$56, 00 bilhões em 1993. Esse valor representa 0,3% da renda total e 1,8% dos gastos públicos totais dos países do Norte.

O Brasil é um país, marcado pela distribuição desigual de renda. “*A renda dos 1% mais ricos é maior do que a dos 50% mais pobres. Os 10% com a renda mais alta ganham cerca de US\$ 14.000,00(quatorze mil dólares) ao ano; os 20% na parte inferior ganham menos de US\$ 300,00 (trezentos dólares) ao ano* por renda per capita menor que a da Indonésia e *Bangladesh*”(Poelhekke,1996).A mortalidade infantil também é discrepante, uma vez que é 88 por mil no Nordeste, 75 por mil para os que ganham menos de um salário mínimo; 27 por mil no Sul e 33 por mil entre os que ganham mais de um salário mínimo.

Ao contrário do que dizia a lei de Say, não é a oferta que determina a procura, mas a demanda efetiva⁵ que sinaliza o quanto se deve produzir. A realização das vendas está subordinada às necessidades, aos desejos e ao poder aquisitivo do consumidor. Mas, a renda que secularmente vem sendo produzida pelo capital humano, progressivamente vem solicitando maior número de máquinas. Estas produzem, mas não consomem. Portanto, a mercadoria em sua maioria está sendo apropriada pelos trabalhadores produtivos que não podem ser substituídos por computadores.

Com essa tendência o financiamento em valores reais vem diminuindo consideravelmente. A crise econômica generalizada vem afetando todos os países, onde o desemprego, a queda de poder aquisitivo e os aumentos dos gastos sociais são as características principais. Em consequência tem havido uma redução do montante de recursos financeiros destinados às instituições religiosas que repassam as doações para as ONG's. Por outro lado, a descentralização composta por várias classes de beneficiários fracionam o que é captado pelo Terceiro Setor.

As maiores cooperações vieram e ainda são da Alemanha e Holanda, portanto as ONG's brasileiras recebem forte influência de suas economias. Com a reunificação da Alemanha, por exemplo, os financiamentos destas se voltam também para o Leste europeu, o que

⁵ O Princípio da Demanda efetiva é analisado por Miglioli de forma profunda em Acumulação de Capital e Demanda Efetiva.Segundo o autor, a cronologia das publicações referentes ao tema não nega a importância de Keynes para o desenvolvimento da teoria, porém destaca o estudo de Kaleck que fundamento o desenvolvimento de sua teoria apoiado nas concepções de Marx, Rosa Luxemburgo e Tugam-Baranov

significa menor fatia para os países do Sul. Também não se sabe até quando esses recursos não serão abalados pela situação econômica alemã caracterizada por um crescente desemprego, pois segundo a tabela I do Instituto Der Deusthen Wirshaft a mão - de - obra custa U\$31,76 a hora na Alemanha Ocidental e U\$20,82 na Alemanha Oriental, enquanto na França é U\$20,26, U\$14,63 na Inglaterra e U\$17,50 no Estados Unidos. Diante desse quadro comparativo, a Alemanha que continua tendo excelência no processo gerencial e tecnológico, tem buscado novas alternativas. Dessa forma, muitos dos investimentos que criariam novas oportunidades de emprego e geração de renda interna estão sendo conduzidos para outras fronteiras. O resultado dessa migração de capitais está forçando uma intervenção do governo alemão como forma de amenizar a situação social da própria Alemanha. A Holanda é uma forte financiadora: três das quatro grandes instituições não governamentais de co - financiamento (ICF) recebem fundos do programa holandês A Dinamarca, por exemplo, apesar de ser um país pequeno com 5 milhões de habitantes é campeã mundial quanto à percentagem da renda nacional destinada às cooperações internacionais; mais da metade dos recursos é destinada à África e apenas 10% para América Latina. *”Os programas bilaterais do governo destinam-se a 20 países prioritários. Destes só dois são latinos - americanos: a Bolívia e a Nicarágua. O Brasil é excluído deste programa , por ser considerado rico demais”.*(Poellhekk,1991, p.10) A situação é incerta, pois a Índia e o Brasil são dois países que recebem o maior volume de recursos das fontes particulares das agências suíças. Pesquisas entre 1992-94 demonstram que o Brasil recebe 5% ao ano do total dos recursos fornecidos pelas 7 agências ecumênicas (Danchurchaid, Cristian Aid, Heks, Pão Para o Mundo, Eze, Solidaridad, Icco) apesar de ser considerado “rico”.

Tabela I -Custo de mão-de-obra p/hora segundo os países

País	Custo de mão-de obra p/ hora(U\$)
Alemanha Ocidental	31,76
Alemanha Oriental	20,82
França	20,26
Inglaterra	14,63
E.U.A	17,5

Fonte: Instituto Der Deusthen Wirshaft

O índice de transferências vindas dos Países do Norte (5% do total) de recursos evidencia que a maioria das agências considera o Brasil prioritário, mas não se sabe até quando. A aliança com o Estado coloca em questionamento o compromisso político das ONG's, principalmente no Brasil quando, além das entidades estarem aliadas a um Estado, sabe-se que os problemas que o Brasil enfrenta não são por falta de recursos econômicos, mas da ineficiência das políticas implantadas para o seu desenvolvimento. Esse novo fenômeno tem gerado preocupação pois, segundo o sociólogo Sílvio Caccia Bava, as fontes financiadoras estrangeiras suspeitam de estar havendo uma "governalização" dos não governamentais, contrariando assim a autonomia das ONG's, colocando desse modo em risco o apoio das cooperações.

Dessa forma, as ONG's precisam expor cada vez mais a sua capacidade técnica e eficiência, uma vez que a aliança entre os três setores (ONG's, Mercado e Estado) pode colocar em suspeita a aplicação das contribuições. *"Por um lado, é compreensível que as organizações com uma missão social sincera desaprovem as inúmeras instituições fantasmas, cujo orçamentos grandiosos não se refletem em programas igualmente grandiosos para as pessoas necessitadas. Com frequência, procuram promover um determinado nome, um partido político ou uma ideologia com alto destaque na mídia. Em tais casos, o "lucro" é as vezes encontrado em bolsões individuais, porém com frequência ainda maior na promoção de um nome ou imagem. Então o sem fim lucrativos é pervertido em para fins de prestígio"*(Bava:1996).

Do montante global de recursos destinados as ONG's, 83% são vindos de fontes internacionais, segundo, a tabela da ABONG I (vide anexo), o que significa que a aliança estabelecida é precária. Assim, apenas 3% dos recursos são advindos do mercado, 3,2% provém do Estado e 7% da venda de serviços e produtos do orçamento global das ONG's.

Nesse quadro, percebe-se o quanto a sociedade brasileira se acomoda e é paternalista pois a classe média tem condições de financiar também os projetos, mas se acomoda responsabilizando apenas o Estado pelas carências sociais ou ficam esperando as soluções de outros. Essa dependência é prejudicial, pois diminui a credibilidade do trabalho desenvolvido pela entidade financiada. Para os financiadores esse resultado é reflexo da ausência de empenhos nas campanhas de arrecadação no próprio país. Para uma nação que tem uma trajetória de políticas sociais marcada pelo clientelismo é necessário a exposição de serviços: do contrário, as ONG's nacionais perderão o crédito e ficarão sozinhas no seu

desenvolvimento. Outro fenômeno que assusta o financiamento estrangeiro é o universo de entidades sem fins lucrativos cadastradas na Receita Federal.

Tem crescido, progressivamente, o número de ONG's no Brasil tanto pelas necessidades coletivas como por interesses pessoais. *“Tornou-se rotineira a criação de organizações não governamentais, por parte até de empresas de grande porte, que as utilizam recebendo fundos públicos para promoção de sua imagem.”*. (Domingues, Leonelli, 1991). Às ONG's cabem o serviço, aos agentes financeiros separar o “joio do trigo”. Mas, uma verdade é concreta: as ONG's reproduzem as mazelas do Estado, uma vez que vivem também de seus recursos. Sem sombra de dúvida, o Estado e a sociedade retiram vantagem da parceria com as ONG's, já que estas abrem um mercado de trabalho e sua administração funciona a menores custos.

A expectativa é que menos recursos sejam direcionados para as ONG's do Sul. As ONG's devem tentar promover a sua auto sustentação e os países do Sul, uma política sócio econômica que possa gerar uma melhor distribuição da riqueza. Assim, se torna necessária a descentralização com a finalidade de atender as especificidades regionais.

Segundo Benedito Santos, na descentralização a União ficaria responsável pela legislação e planejamento político, ao poder estadual caberia adequar as normas e diretrizes e executar um trabalho de apoio e finalmente a execução de programas seria responsabilidade dos municípios. Estes estariam representados pelas ONG's através da aliança entre os três setores.

4.4 CRIANDO UM NOVO MERCADO DE TRABALHO

Para o funcionamento das ONG's são necessários capitais humanos que se diferenciam conforme o investimento em educação formal e treinamento. O capital humano das ONG's é formado, geralmente, de profissionais e estagiários, que vendem sua força de trabalho e por voluntários. Em algumas entidades, a força de trabalho chega a ser exclusivamente não remunerada. Em uma pesquisa realizada na região NE de 100 entidades observadas, 61 desenvolvem o trabalho voluntário, sendo que, dentre estas, 29 são somente com voluntários e 32 combinam o trabalho não remunerado com remunerado.

Calcula-se que, no Brasil, o Terceiro Setor tem entre *1,4 milhões e 2 milhões* empregados formais e informais. *Segundo tais estimativas, se considerarmos a média 4,5 milhões salários mínimos por mês, chegariamos a um volume total de 1% do PIB.*

Assim, as ONG's começam a surgir como uma nova alternativa de mercado de trabalho.

4.5 PLURALIDADE DE TEMAS X IMPACTO DAS ONG'S QUE ORIENTAM E DEFENDEM AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO.

Apesar do papel representativo da Igreja Católica, os temas e objetivos são diversos devido à pluralidade dos movimentos sociais contemporâneos. As concepções gerais destas atividades específicas são homogêneas e podem ser agrupadas em finalidades comuns como: assessoria, educação popular, educação para cidadania, pesquisa/análise, informação campanhas / denúncias, capacitação, educação política e outras.

No Brasil , “ Crianças e Adolescentes” têm sido o principal alvo trabalhado pelas ONG's. Este fenômeno significa uma revolução em resposta aos movimentos da UNICEF e da ONU, pois há poucos anos era praticamente ausente a assistência a esses beneficiários. Foram inúmeras as conquistas através da Constituição de 1988 e do ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), mas a maioria destas não passou do âmbito legal.

Com o artigo 227 da Constituição de 1988 e a regulamentação do ECA passaram a ser assegurados à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de ser colocado a salvo toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Os diversos tipos de violências a que estão submetidas as crianças e adolescentes brasileiras demonstram que a Constituição e o ECA foram apenas o primeiro passo de uma luta que exige muito senso de cooperativismo. Não é possível acabar de um só golpe com os preconceitos e com todo tipo de exploração infantil sem que seja montada uma infraestrutura adequada, pois o problema também é de natureza econômica. Nesse âmbito é que

as ONG's de defesa das crianças e dos adolescentes têm se proliferado com a finalidade de deter os problemas que atingem os seus beneficiários.

Apesar do boom nessa área, muito pouco tem se conquistado, pois a maioria dos recursos vem de terceiros. Para a captação as ONG's precisam expor os seus projetos à concorrência. Nesse âmbito é que as ONG's sofrem limitações pois ficam sujeitas à burocracia das financiadoras, principalmente no Estado onde pesa a questão política. Outra variável que limita a sua ação é a afinidade ou não com o grupo beneficiário. O peso dos custos administrativos e da folha de pagamento é demasiado, assim parte dos recursos não chegam aos beneficiários. Uma visão pessimista sobre as ONG's na Bolívia chega a estimar que de cada U\$100,00 dólares gastos nos projetos de desenvolvimento social, só de 15 a 20 dólares chegavam aos beneficiados. Dessa forma, o impacto seria muito pouco.

5 ALGUMAS ONG'S DE SALVADOR VOLTADAS PARA A PROBLEMÁTICA DE MENINOS EM SITUAÇÃO DE RISCO

Em meios às ações das ONG's de Salvador, que orientam e defendem crianças e adolescentes em situação de risco, sobressaem o trabalho de duas: a OAF e o Projeto Axé, apesar das dificuldades comuns a esses tipos de ONG's explicadas pelos seguintes elementos: adaptação, financiamento e preconceitos com ex - meninos de rua.

Adaptação:

A única noção de tempo conhecida pelos meninos em situação de risco é o momento. Como não concebem a idéia de futuro, facilmente, eles não acreditam nas promessas de qualidade de vida, que a educação lhes oferece e preferem a relativa facilidade dos diversos modos em que adquirem renda (prostituição, esmolas, roubos) do que as bolsas dos Projetos. Nessa questão, é de fundamental importância observar que a sociedade colabora para o imediatismo visado pelas crianças e adolescentes.

Financiamento:

Há uma fraca diversificação das fontes, explicada por motivos independentes da vontade e ação das ONG's, já que seus responsáveis tem se empenhado na captação de recursos. Dessa forma, nota-se a necessidade da auto sustentação através de serviços e bens produzidos pelos seus educandos

A viabilização de recursos, via mercado encontra limites gerados pelo poder aquisitivo da população. Os produtos, segundo Rubem César Fernandes, geralmente são acima do preço de mercado. Assim quem acaba realizando as compras são outras ONG's. Com essa operação há uma transferência de recursos entre ONG's.

Preconceito dos empresários com ex - meninos de rua.

Outra séria dificuldade enfrentada nos projetos é o preconceito. O fato de ser ou ter sido educando de ONG's significa que todos viveram uma situação de risco. Tal característica é relacionada ao furto e relação com drogas, que são vícios. Portanto muitos empresários não acreditam na total recuperação dos mesmos e receiam oferecer-lhes emprego.

5.1 ORGANIZAÇÃO DE AUXÍLIO FRATERNO

A OAF é uma ONG fundada em 12/10/1958 pela advogada e professora Dalva Matos. Visa abrigar e orientar crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, encaminhados pelo Juizado da Infância e da Juventude, e mães solteiras em dificuldades, contribuindo para o seu processo de crescimento humano, afetivo, social e profissional, resgatando sua dignidade e auto - estima.

Atendendo aos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a estrutura física da OAF, como requer o E.C.A. é moderna. Ela comporta atualmente um abrigo, oficinas de produção, um Centro de Formação de Jovens e Instrutores, escolas, áreas de lazer e esportes, etc.

São princípios norteadores de sua atividade: o desenvolvimento bio – psico - social e espiritual dos educandos, através de um processo de educação integral visando a conscientização dos mesmos e o trabalho pelo trabalho. Para atendê-los, são oferecidos cursos teóricos e práticos aos educandos e treinamentos aos profissionais que, direta ou indiretamente, se relacionam com as crianças e adolescentes carentes.

Nesse sentido, é que o Centro se especializou na capacitação de profissionais com a finalidade de habilitá-los para transmissão de seus conhecimentos. O confronto entre esses profissionais e os educandos da OAF exige um preparo especial, pois são jovens com problemas de integração.

Assim, para atender os objetivos propostos, o trabalho se divide nas seguintes áreas:

- Atendimento em Abrigos CASA-LAR que visa o acolhimento de crianças carentes encaminhados pelo Juizado da Infância e da Juventude ou pelos Conselhos Tutelares em casas que ficam sob a responsabilidade de u'a "mãe", um "pai" ou um "casal", social. Nas Casas – Lares há uma assistência integral (alimentação, saúde, educação, lazer, esporte e atividades culturais).

- Centro de Formação de Jovens e Instrutores

Como a O.A.F. não é uma ONG meramente assistencial, que se utiliza de métodos paliativos, ela investe na formação de capital humano objetivando minimizar a situação dramática em que vivem os mesmos. Assim, foi criado em 1990 o Centro de Formação de Jovens e Instrutores. Ele tem como objetivo a formação técnico - profissional de adolescentes, alinhada ao desenvolvimento da cidadania,

Nas Oficinas se dá a iniciação ao trabalho, nas áreas de marcenaria, metalurgia, serralheria, serigrafia, confecção, com o objetivo de inserir os jovens no mercado de trabalho.

Na OAF também foram criadas uma das mais modernas oficinas brasileiras de serigrafia, doada por grupos italianos, uma indústria de móveis escolares com capacitação para produzir mil carteiras por dia. O governo do estado é o seu principal consumidor. Compõem o programa também uma padaria que produz três mil pães /dia, a oficina de corte e costura que destina sua produção para o governo do Estado e uma gráfica doada pela empresa Gráfica Bahia.

Ainda nesse setor de formação é que se realiza a capacitação dos profissionais. O Centro desenvolve também serviços de assessoramento e consultoria às Entidades, empresas e instituições ligadas à melhoria da condição do jovem em situação de risco, através de sua equipe técnica - pedagógica .

- Atendimento em atividades de arte - educação

Visando facilitar o processo educacional, são desenvolvido em paralelo às atividades da escola formal, várias artes com os educandos. Assim foram implantadas várias oficinas, onde, se desenvolvem atividades de dança, teatro, artes plásticas, educação física, capoeira, karatê, recreação, literatura, música e fabricação de brinquedos com sucata e madeira.

Outra área é a de emergência relacionada à questão de saúde, pedido de remédios, desemprego, falta de condições mínimas de sobrevivência, procura de familiares ou parentes perdidos, etc. Em suas maioria, o atendimento às mães solteiras atualmente está em suspenso com o objetivo de ser reavaliado. Este serviço é fundamental, uma vez que busca orientar a mulher enquanto mãe e cidadã.

DURANTE MUITO TEMPO A OAF SOBREVIVEU APENAS DE SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS, DE DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS E ESPORÁDICAS SUBVENÇÕES DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS. POSTERIORMENTE, COM A IMPLANTAÇÃO DAS OFICINAS QUE SERVEM COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM PARA OS ALUNOS E TAMBÉM PARA AJUDAR NA MANUTENÇÃO DA CASA, A ENTIDADE PASSOU A CONTAR COM MAIS UMA FONTE DE RENDA. ATUALMENTE A OAF É MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS RECURSOS E COM O APOIO INTERNACIONAL DO BID⁶, DA FUNDAÇÃO NOVA CÁRITAS, E A COOPERAÇÃO ITALIANA. TAMBÉM APOIAM A MESMA A FUNDAC (FUNDAÇÃO DE APOIO À CRIANÇA), OS ÓRGÃOS PÚBLICOS: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, SESAB(SECRETARIA DE SAÚDE) E O SETRAS (SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL). O BID INVESTIU US\$2.600.000,00 PARA O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO EM 4 ANOS, CUSTEIO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO. É IMPORTANTE RESSALTAR AQUI QUE O DINHEIRO NÃO É LIBERADO TOTALMENTE, MAS PARCELADO A MEDIDA EM QUE O PROJETO VAI TENDO RESULTADOS. A FUNDAC AO LONGO DE 1995 À 1997 LIBEROU US\$70.000,00 PARA O ANO DE 1995 E US\$154.500,00 VISANDO A MANUTENÇÃO DAS CRIANÇAS. EM 1996, FORAM INVESTIDOS US\$113.000,00 NA COMPRA DE EQUIPAMENTOS E EM 1997, US\$162.960,00 FORAM INVESTIDOS NA MANUTENÇÃO E NO ABRIGO. O ÓRGÃO SESAB INVESTIU US\$200.000,00 EM 1996 E O SETRAS US\$100.000,00 EM 1996.O FINANCIAMENTO É REALIZADO EM CONTRAPARTIDA - A OAF PRODUZ MÓVEIS E FARDAS PARA O ESTADO E SUAS AGÊNCIAS.

A Profissionalização é composta de 650 jovens e 120 adultos. A Escola interna atende 150 alunos do maternal à 5ª série. O trabalho de parceria é realizado com 550 crianças e as Casas Lares abrigam 150 crianças e adultos.

O custo de manutenção mensal da OAF fica em média em torno de US\$300.000,00. O trabalho é remunerado,170 são empregados formais e 10 são estagiários. Se faz exceção ao trabalho voluntário de uma psicóloga. Segundo a organização, o trabalho voluntário, muito comum nas ONG's americanas e europeias, aqui não é eficiente. Além disso, as Ong's ficam com receio de ações trabalhistas, apesar da lei do voluntário, que isenta as mesmas de qualquer problema. Assim a folha de pagamento está em volta de US\$150.000,00 reais, perfazendo o salário médio de R\$833,00 (oitocentos e trinta e três reais)

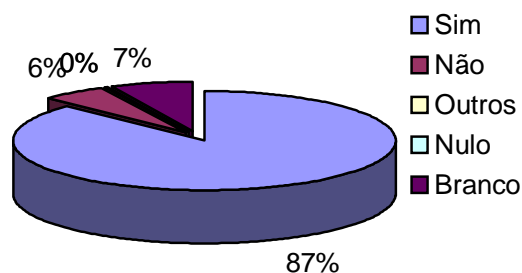
Uma pesquisa no cadastramento de instrutores e funcionários da equipe do CFJI / OAF em 1998, sobre a escolaridade dos mesmos, avaliou que 06% tem o primeiro grau completo e apenas 2% em curso, 34% tem o 2º grau completo , 30 % o grau superior em curso e 20% completo e 2% tem o mestrado. Assim, conclui-se que a oaf exige um nível de escolaridade alto dos seus recursos humanos.

⁶ O BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, sediado em Washington.D.C, é uma instituição financeira fundada em 1959 na finalidade de contribuir para a aceleração do desenvolvimento econômico e social da América Latina. Fazem parte do BID, 28 países do hemisfério Ocidental e 18 países extra-regionais.

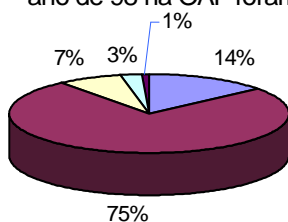
5.1.1 Avaliação do Projeto BID na O.A.F.

Segundo o questionário de avaliação de alunos do CFJI/OAF respondido no final do ano letivo do de 1986, dos 233 alunos que ingressaram na organização, 75% responderam que não tiveram dificuldade no teste de seleção e 14% acharam os testes difíceis.

Gráf.3-Foi importante o processo de vivência?



Gráf. 2-Os testes de seleção para o ingresso do aluno no ano de 98 na OAF foram difíceis?



■ Sim ■ Não ■ Outros ■ Nulo ■ Branco

ASSIM QUE SÃO SELECIONADOS PELO CURSO, OS ALUNOS PASSAM DE LA VIVÊNCIA, QUE FACILITA A INTEGRAÇÃO ENTRE SUAS RESPECTIVAS FAMÍLIAS E OS INSTRUTORES. NA AVALIAÇÃO, OS MESMOS RECONHECERAM A IMPORTÂNCIA DESSA EXPERIÊNCIA.

Tabela 3	Nº de Alunos	%
Integração		
Sim	142	0,61
Não	61	0,26
Outros	22	0,09
Nulo	0	0
Branco	8	0,03

Fonte:OAF,1996

As expectativas do curso foram correspondidas conforme a opinião de 61% dos alunos. A dificuldade foi a variável que mais determinou a opinião dos 26% que responderam não pergunta “O curso que estou fazendo corresponde ao que pensei?”.

As variáveis que mais influenciam a dificuldade da sala de aula são aprendizado e comunicação.

Conforme mostra o gráfico 6, 67% dos alunos se queixaram do índice de frequência de instrutores.

A opinião dos alunos sobre relacionamento familiar foi bem diversificada, pois 42% sentiram muito o impacto da metodologia utilizada, 28% afirmaram que o centro ajuda pouco e 23 % responderam nada. Nesse item vale ressaltar os 6% que deixaram em branco, pois a opinião desses pesa diante do quadro diversificado. Chama atenção a pouquíssima diferença de alunos que se sentem preparados para ingressar no mercado de trabalho 43% responderam sim e 47%, não.

As opiniões sobre profissão futura desenham uma perspectiva do futuro. Essa perspectiva representa mais um saldo positivo dos trabalhos realizados, pois as funções que tiveram mais destaque na pergunta “Que papel eu gostaria de desempenhar em uma empresa?” foram administrações e contábeis (vide gráfico 7) Isso significa que os alunos estão deixando a visão imediatista com o investimento da OAF

Na pesquisa realizada no primeiro semestre (vide planilha 2) do ano de 1997, constatou-se que 60% da Centro de Formação é do sexo masculino, esse peso deve-se ao preconceito ainda existente no mercado de trabalho, pois durante muito tempo algumas profissões eram só para o sexo masculino. Observa-se que no curso de corte e costura e tornearia o índice de 100% de mulheres e homens, respectivamente.

Há uma concentração maior de alunos entre 15 e 14 anos de idade.

O nível de escolaridade é médio, uma vez que a maioria dos alunos tem o primeiro grau completo.

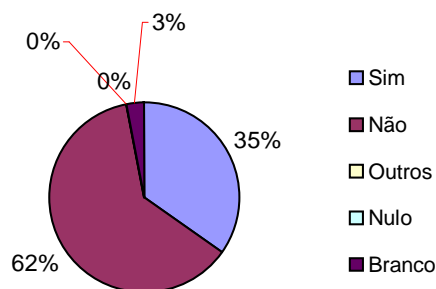
A maioria (90%) dos alunos freqüenta as escolas estaduais.

O cadastramento dos alunos que almoçam no refeitório (vide planilha 3) durante o primeiro semestre de 1998, revelou que, de 58 alunos beneficiados, 53% são do sexo masculino, 77% freqüentam o curso matutino, aproximadamente 38% residem em casas com 4 a 5 pessoas

e 34% com 6 a 8 pessoas. Portanto as famílias não são tão numerosas como se imaginava. Apenas 3 dos beneficiados residem com mais de 8 pessoas, 10% das residências não tem trabalhadores, mas desses apenas 2 declararam ter renda familiar abaixo de 1 salário mínimo, o resto tem renda de 1 à 2 salários mínimos. A categoria de “1 trabalhador” por residência se destaca com 56%. Quanto à renda familiar chama atenção os 68% que sobrevivem com 1 à 2 salários mínimos, pois a maioria destes reside com 4 a 8 pessoas.

Vale ressaltar que este benefício tem a característica de uma renda mínima, pois este depende de um alinhamento entre o rendimento do aluno e suas carências. Porém, o mesmo oferece uma dieta capaz de prover a nutrição da criança e o adolescente.

Graf.4-Recebe vale transporte da OAF



5.2 PROJETO AXÉ

O ano de 1990 começou com muitas expectativas devido às promessas de campanha do ex-presidente brasileiro, Fernando Collor, ainda quando candidato. Os planos político-econômicos sucessivos e fracassados da década de 80 geraram o atraso tecnológico e a hiperinflação era iminente. Os juros altos e ausência de um plano de desenvolvimento econômico desestimulavam investimentos, a dívida interna e externa extratoféricas só faziam agravar os problemas sociais. Era evidente a necessidade de um programa que restaurasse a confiança dos investidores e do povo brasileiro.

O principal recurso utilizado pela equipe econômica liderada por Zélia Cardoso de Melo, como tentativa para administração da crise, foi a política monetária. Esta foi de natureza recessiva, caracterizada pelo “seqüestro da poupança” e manutenção da taxa de juros elevada na finalidade de diminuir a liquidez; estabelecimento de novas regras salariais que eliminavam os mecanismos de indexação dos salários vigentes na legislação anterior, visando atingir o poder aquisitivo dos assalariados, pois o controle da demanda era fundamental para o programa de redução inflacionária.

Diante desse quadro, a recessão colaborou para a queda no nível das atividades econômicas das inúmeras pequenas empresas, que acabaram levando inevitavelmente ao desemprego.

“De fato, logo no mês de abril, os indicadores econômicos e do emprego evidenciaram uma acentuada contração da economia, embora com impactos diferenciados sobre os diversos setores, transmitindo também uma sensação de forte instabilidade, num quadro em que prevalecia a adoção de medidas contraditórias, questionamento de amplos setores quanto a natureza e a intensidade de algumas delas, reação do movimento sindical e a paralisia de vários segmentos produtivos diante das perspectivas de uma recessão prolongada.” (Souza, F.F , 1990)

Com tal quadro nacional, a Bahia, principalmente Salvador, não poderia ficar de fora dos reflexos sócio-econômicos desta crise. Os índices altos de desempregos formais nas indústria de transformação, construção civil, comércio e serviços têm sido crescentes desde o início da década. A situação ainda pode ser controlada porque muitos desses

desempregados buscaram o mercado de trabalho informal, onde em sua maioria os trabalhos são precários. Se não fosse essa transferência, o desamparo social a que estão submetidas as famílias desses chefes desempregados seriam absolutas e o índice de violência urbana não teria limites.

A partir desses elementos citados, que agravaram a instabilidade econômica no período e prometiam a reprodução em dimensões maiores, os problemas já existentes dos meninos de rua exigia-se a emergência de um controle social nas mesmas proporções. Nesse contexto é que o Dr. Cesare de Flório La Roca criou o Centro de Projeto Axé de Defesa e Proteção à criança e ao adolescente em 1991.

A proposta do Axé, embora seja semelhante nos princípios básicos que regem a metodologia da OAF, difere na forma em que esta é conduzida em alguns aspectos. O Axé inova com a educação de rua através de um processo pedagógico que tem se mostrado eficiente, pois desde que foi fundado, numa média de 2.500 crianças e adolescentes carentes já se integraram ao Axé.

Assim o trabalho do Axé direto com crianças e adolescentes se dá em quatro áreas.

a) Educação de rua

A pedagogia de rua do Axé não tem como objetivo retirar as crianças e adolescentes da rua, vítimas de uma situação de extrema pobreza das classes populares, mas educa-los, viabilizando o processo de conquista da cidadania de cada um. A mobilização é uma das conseqüências positivas que parte do próprio indivíduo com o surgimento de novas referências saudáveis ao seu desenvolvimento.

Nessa construção de uma nova consciência, o educador parte com os princípios básicos do trabalho a ser desenvolvido, mas são as ações e reações do indivíduo e do grupo os determinantes do processo. Para tanto, o Axé oferece aos seus educadores diversos instrumentos com o objetivo de auxiliá-los na percepção dos talentos e demandas dos seus educandos .

Através de um estudo fundamentado nas diversas teorias pedagógicas, abordagens psicológicas, antropológicas e filosóficas, a metodologia do Axé foi montada na finalidade de sistematizar o trabalho dos educadores. Depois da sistematização foram feitos um levantamento, uma contagem e um mapeamento das crianças e adolescentes de rua de Salvador, na finalidade de saber quantos e localizá-los, uma vez que os dados estatísticos eram manipulados pelo Estado, geralmente. Para essa etapa inicial, o Axé recebeu diversas contribuições. Concluída a pesquisa anterior, houve um curso de formação e foi dado início à “paquera pedagógica”, um das três etapas em que se divide o processo de educação de rua.

A paquera pedagógica objetiva a formação de vínculos entre educador e educando, através de um diálogo que obedece a um ritual. Primeiro, o educador conhece o ambiente e se expõe na finalidade de chamar a atenção do menino(a) de rua: Quando então é alcançado este objetivo a percepção dele é traduzida em curiosidade sobre “quem é o educador”. O menino(a) curioso parte em busca de informações, se aproximando do educador, mas sempre com muito cuidado, pois os referenciais de adultos que ele possui são negativos. Geralmente, a resposta dada aos educandos não é uma afirmação, mas uma pergunta na finalidade de pesquisar os elementos que compõem o imaginário deles. A convivência com eles, logo permite revelações que, para sobreviver a criança e o adolescente de rua obedecem a horários, leis, linguagem e código.

Paralelo ao diálogo verbal, o Axé fornece instrumentos como Jogos (damas, pega-varetas, dominó), mas ele trabalha também com a construção de jogos. Os Educandos têm como lema não conjugar o verbo dar e eles trabalham isso desde o início. Quanto ao tempo eles introduzem lentamente a idéia de futuro, pois os educandos estão bastante enraizados no presente. Imediatistas eles não concebem a não ser o agora, por isso se evita estabelecer nesta etapa, compromissos. Outro item que logo é trabalhado é o limite. Mas aqui é importante usar o “bom senso” para não cair no autoritarismo que colocaria abaixo todo o trabalho de educação.

O segundo passo para a integração dessas crianças e adolescentes é o “namoro pedagógico” - momento em que a relação educador/educando prossegue com mais

confiança, maior conhecimento e acolhimento por parte do educador. Neste instante são questionados sobre os laços de família e de trabalho.

Define-se um educador do programa de apoio à família e à juventude para atuar em conjunto com o educador de rua a partir das primeiras aproximações com a famílias do(a) menino(a), a fim de que o processo seja mantido num crescente de integração visando a otimização do processo de passagem para os espaços delimitados.

Normalmente os procedimentos de encaminhamento obedecem a uma rotina.

- contato com a unidade - possibilidade de acolhimento, características e o perfil do educando;
- visita à unidade com o educando e, se possível, com a família;
- visita familiar - acompanhamento;
- encaminhamentos médicos;
- documentação;
- parecer em ficha individual (história de vida);
- rito de passagem - acolhimento.

No “aconchego pedagógico” é quando o educando integra-se totalmente ao projeto, buscando a cada dia a consolidação do seu projeto de vida que deve ser sistematizado. Há um questionamento sobre as escolas e estas são solicitadas, pois aprender na rua gera incômodo. Nesse contexto os espaços de aprendizagem são delimitados .

A escolaridade mínima dos educadores é o segundo grau completo, porém a maioria tem formação superior com predomínio de pedagogos, assistentes sociais, antropólogos e sociólogos

A especialização no Axé é fundamental, uma vez que a questão tem particularidades e o próprio possui uma metodologia singular.

O desenvolvimento do treinamento e das atividades é apoiado por outras parcerias institucionais, pois as necessidades são muitas para os recursos que são limitados. O trabalho funciona em dupla, sendo que cada turno tem uma.

Existe uma diversidade de questões nas áreas trabalhadas, que implicam na diferenciação da relação do número de educadores e número de educandos e determinam uma inconstância no fluxo de permanência e trânsito dos(as) meninos(as) trabalhados nas áreas que, são:

- uso e tráfico de drogas, prostituição, violência, famílias que moram nas ruas, áreas voltadas ao turismo e comércio;

- o processo de identificação dos(as) meninos(as) na educação de rua é impreciso devido à utilização por parte dos mesmos de cognomes, de informações de dados e nomes fantasiosos que visem auto - preservação e etc.

- Sinergia do Projeto com o Programa de Apoio à Família e Juventude:

Para desenvolver ou obter maiores níveis de eficácia, outras parcerias institucionais são realizadas, ampliando o leque de possibilidades para os(as) educandos(as). Neste sentido destacam-se:

- Centro de Defesa da Criança e Adolescente - CEDECA;

- Conselho Tutelar;

- Juizado da Infância e da Adolescência; •Centro de Estudos e Terapia ao Abuso de Drogas - CETAD.

Além dessas parcerias, foram firmadas outras alianças estratégicas nas áreas trabalhadas com o propósito de otimizar o processo e inserir outros segmentos da sociedade no mesmo:

- Instituto de Matemática e Faculdade de Economia - UFBA;

- Espaço Cultural Glauber Rocha;

- Forte de Santa Maria;
- Espaço Cultural da TELEBAHIA;
- Farmácia Estrela Galdino (Barra);
- Artes Filmes;
- Igreja Episcopal da Pituba;

Os educadores de rua trabalham em dupla, sendo uma dupla para cada turno de trabalho diário. Essa dupla deverá atuar numa relação de complementaridade visando o atendimento das questões específicas de cada área.

b) Projeto Erê- Casa de Cultura e Arte

Sabe-se que a problemática em questão é pluridimensional, os meios de controles devem ser inúmeros, portanto o Projeto Axé criou o Erê na finalidade de complementar a formação educacional de meninos e meninas de ruas ou integrantes das comunidades carentes e assim atacar mais um dos aspectos de suas carências, o lazer. Como todo movimento cultural, a arte é uma via de integração, pois tem o poder de desenvolver a auto-estima e o sentimento comunitário do ser humano. Através das atividades artísticas são possíveis o conhecimento do universo de cada indivíduo mais o planejamento de estratégias que têm em vista a sua educação, assim as próprias crianças e adolescentes expressam sua cultura e reivindicam à sociedade seus direitos .

As origens dos educandos do Axé são negromestiças, portanto os trabalhos de arte do Erê estão centralizados na cultura negra. Mas a imagem desta no geral é ignorada pela sociedade devido à partilha das terras africanas, séculos de regime escravagista a que foi submetida a raça negra e aos preconceitos que a vitimou. Dessa forma, o Erê é composto por profissionais especializados no que se sabe da cultura negra através das tradições de seus povos, pois acredita-se que muito pode ter se perdido nas inter - relações pela ausência de registros. O trabalho desses profissionais visa informar à criança e ao adolescente a cultura afro na finalidade de informar, pela arte, suas origens.

Os educadores do Projeto Erê são originários de diversas áreas do conhecimento, com ênfase para sociologia, antropologia, arte, filosofia e pedagogia, e se integram aos programas de formação permanente do Axé, além de desenvolverem encontros específicos ao aperfeiçoamento de suas atividades.

Inicialmente o Projeto Axé realizou o seu trabalho em parceria com movimentos culturais e artísticos de Salvador como Blocos Afros (Ilê Aiye e Muzenza) Olodum , Teatro Castro Alves, Escola de Circo Picolino, Grupo de Capoeira Angola Pelourinho e Bloco Carnavalesco Apaches do Tororó, mas ao longo do desenvolvimento do Erê houve o desligamento de parcerias, restando apenas: Balé Teatro Castro Alves, Escola de Circo Picolino.

O Erê se divide em entidades conforme suas respectivas atividades :

a) O Balé Teatro Castro Alves - Balé Clássico , dança Moderna, dança Afro

Em parceria com o Teatro, as aulas se desenvolvem num trabalho exclusivo conforme a graduação dos cursos.

b) Grupo de Capoeira Angola Pelourinho – Capoeira. O trabalho é feito em dois turnos através de duas turmas conforme a idade.

Turno da manhã- 10 à 14 anos

Turno da tarde - 15 à 17 anos

c) Banda Axé- Banda Afro

Três turmas (módulos) segmentadas pela idade compõem essa entidade:

Módulo I- 10 à 12 anos

Módulo II- 13 à 15 anos

Módulo III- 15 à 18 anos

d) Oficina de instrumentos musicais, de máscaras e de dança- Instrumental, coral e Teatro (em projeto)

e) Escola de Circo Picolino- Artes Circenses

No Circo localizado no Parque de Pituvaçu se desenvolvem as atividades com duas turmas :

Durante o turno matutino funciona com alunos pagos e profissionais do Axé e pelo vespertino as crianças com mais de 8 anos e adolescentes do Axé.

A recuperação do Centro Histórico de Salvador, Pelourinho, veio assinalar um novo período para o turismo de Salvador, porém só a manutenção do patrimônio físico não basta. Considerado o maior conjunto arquitetônico colonial da América Latina, o Pelourinho sempre foi um polo atrativo no turismo e pouco era visitado pelos moradores da cidade, devido ao grau de abandono físico e moral. Com as restaurações, ele se transformou num *shopping* céu aberto no qual são também realizados shows que acabaram atraindo o público de poder aquisitivo alto.

Atualmente o Pelourinho significa para o Estado um grande investimento que não pode está cercado pela miséria e violência. Um projeto de turismo bem elaborado inclui segurança para os turistas, mas esta não deve advir da coerção.

A educação de rua focaliza dois problemas: a situação de risco em que vivem a criança e adolescente mas o efeito desta sobre a sociedade e o futuro. Erê é uma entidade capaz de complementar bem as necessidades, pois através da arte pode modelar um cidadão consciente de seus deveres e direitos. Apesar disso, o incentivo ao Erê é insuficiente para suas necessidades. O financiamento em espécie basicamente é do próprio Projeto Axé e de atividades de auto - sustentação com apresentações do Erê, mas as outras fontes contribuem com materiais (remédios, livros, canetas, lápis, cadernos, e serviços.

ACHÉ - Laboratório Farmacêuticos - oferece remédios

Biblioteca -ABRINQ

- Monteiro Lobato

-Civilização Brasileira

Parabólica -SKY-

Vídeo Hoby - fornecimento de fitas

Instituto Ayrton Senna

Pelo que se observa, as empresas ligadas ao turismo não têm dado a mínima importância às atividades do Erê. A riqueza cultural na Bahia tem sobrevivido do sacrifícios dos artistas, pois estes não recebem incentivos para sua carreira. As crianças e adolescentes levam a sério as atividades no Erê, mas um perigo ronda o futuro de cada uma.- o mercado de trabalho. Principalmente no Ballet onde necessita de especialização, o receio do desemprego é maior. Os bailarinos do Erê tem maiores chances do que bailarinas no mercado. No Brasil o preconceito evita que os pais exponham seus filhos no Ballet.

O talento do artista só não basta, pois a arte necessita de aperfeiçoamento teórico e prático. Quem necessita viver dos próprios recursos não pode dedicar-se a arte como quer. As crianças e adolescentes do Erê, paralelo às atividades artísticas, têm que aprender outro ofício para o momento em que tiver que deixar o Axé; assim eles não extraem de si o potencial necessário para concorrer no mercado de Arte. O preconceito com a arte no Brasil rotula o artista de “preguiçoso” , por isso o incentivo à cultura é ínfimo. Assim tanto os artistas, como também a demanda das obras dos que resistem as barreiras, são raros comparados aos países internacionais.

c) Cantinho dos Desejos

No Projeto Axé a alfabetização é vista como veículo para construção da cidadania e ponte para a escola formal.

Numa sociedade letrada, o desenvolvimento da competência textual é fundamental para a construção e exercício pleno da cidadania. A capacidade de interpretar e construir textos -

orais e escritos - é imprescindível para resolver questões práticas, ter acesso aos bens culturais e participar na sociedade de forma consciente, criativa e crítica.

As classes de alfabetização do Projeto Axé atendem a crianças e jovens na faixa etária de 8 a 18 anos, que vivem em situação de extrema pobreza, destituídos de seus direitos entre os quais o direito à educação. Em cada classe são atendidos de 16 a 20 alunos, pois tem se visto a necessidade de um acompanhamento mais individualizado. A alfabetização é desenvolvida através de projetos onde se trabalha com vários tipos de textos que circulam no meio social.

Os professores da alfabetização são de nível universitário e recebem formação permanente. Um dos objetivos do Projeto Axé é o investimento no universo de seus recursos humanos para torná-lo cada vez mais um universo de competência e compromisso.

No Cantinho dos desejos está também a Oficina de Idéias, que é um espaço que assegura um dos direitos da criança - o direito de brincar.

A unidade serve três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar). Os educandos recebem também bolsa - aprendizagem e vales - transporte.

d) Empresas Educativas:

Unidades do pelô - stampaxé/ modaxé/ casaxé

As empresas educativas objetivam desenvolver atividades pedagógicas e de comercialização e produção de produtos. Para isso foram implantados STAMPAXÉ, MODAXÉ, CASAXÉ, OPAXÉ. Todas elas fazem parte de um programa de auto-sustentação do Axé.

Um organograma foi delimitado na finalidade de facilitar a inserção de novas atividades. Assim da gerência originam-se funções conforme as atividades adjetivas.

Na gerência há a organização, supervisão, fiscalização e controle das unidades.

Funções Substantivas (atividade pedagógica e de aprendizagem profissional, produção e comercialização)

Atividades adjetivas (Modaxé, Stampaxé, Casaxé, Opaxé)

a) Núcleo de atividades pedagógicas de aprendizagem profissional.

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO:

O educando, 14 anos no mínimo, tem no núcleo de atividades pedagógicas , uma orientação técnica, onde se aprende num espaço delimitado o manuseio de máquinas e equipamentos simples de costura e estamperia. Nesse período, se descobre a vocação para qualquer um dos ofícios das empresas, caso não haja inclinação ou interesse esperado, então encaminha-se o aprendiz para outras atividades existentes.

Nesse núcleo, o educando recebe uma bolsa e o que é produzido não é comercializado.

APRENDIZAGEM PROFISSIONAL:

No núcleo de aprendizagem profissional, a idade mínima é 16 anos. As atividades pedagógicas continuam ,mas o que caracteriza mesmo esta etapa é a técnica. Nesse período se opera máquinas e equipamentos industriais e recebe um estipêndio calculado percentualmente sobre o salário mínimo vigente (50% do SM no primeiro ano e 75% no segundo conforme a CIT.

NÚCLEO DE PRODUÇÃO

No núcleo de produção persistem as atividades pedagógicas, mas não como antes pois o que vigora nesta etapa são as profissionais. Há entre os trabalhadores e o projeto vínculo empregatício.

NÚCLEO DE COMERCIALIZAÇÃO:

No núcleo de comercialização há a realização da produção. As relações de emprego são trabalhistas, mas o resultado atende ao Projeto de auto - sustentação do Axé.

Para o funcionamento dessa unidade foram criados os seguintes cargos:

a) comissionados :

I- Gerente

II-Gerente Adjunto

b)alocação dos cargos permanentes de:

I- Secretária

II- Técnico em Atividades Políticos/Culturais

III- Técnico em Atividades Educacionais

IV- Auxiliar Administrativo

V- Cozinheira

VI- Auxiliar de serviços gerais

No núcleo de atividade pedagógicas e aprendizagem profissional

criação de um cargo comissionado de chefe de núcleo

alocação de educadores e instrutores

No núcleo de produção

Criação de um cargo comissionado de chefe núcleo :

Criação de cargos permanentes de:

I- Chefe de produção

II- Modelista

III- Costureira

IV- Arte finalista

V- Serígrafo

VI- Artesão Decorador

No núcleo de comercialização

Criação de um cargo comissionado de chefe núcleo :

Criação de cargos permanentes:

I- Chefes de Vendas

II- Vendedor:

Unidade Ayrton Sena- Opaxé- oficina de papel de arte reciclado

OPA é um das empresas pedagógicas do Axé com o objetivo de inserir a criança e o adolescente em situação de risco pessoal e social no mundo do trabalho sob orientação pedagógica.

A oficina de papel está legalmente amparada pela legislação brasileira e visa tanto a conscientização dos direitos trabalhistas do educando, como também oferece os meios necessários a sua vivência de fato.

O relacionamento entre o educando e o papel se dá em etapas, conforme os objetivos pedagógicos específicos de cada uma, pretendidos pelos educadores. A palavra papel aqui tem dois significados: um é “substância feita de matéria fibrosa, preparada em folhas delgadas para se escrever, embrulhar, etc” e o outro tem o sentido de” parte de cada ator em peça teatral”. Utilizando-se desses dois conceitos é que o Axé se propõe a orientar a reciclagem de papéis.

No primeiro momento, dentro de um espaço delimitado, se orienta a aprendizagem técnica de brinquedos e brincadeiras feitas com o papel com a finalidade de construir vínculos entre educandos e educadores, o ambiente e as atividades propostas. A finalidade é valorizar o

trabalho pelo prazer. Essa construção dura em média 3 meses. Toda a dinâmica do trabalho na primeira semana é dar condições aos indivíduos de expor sua história de vida através de desenho, colagem, e modelagem. Este momento é essencial, pois possibilita uma avaliação do universo da criança e adolescente na finalidade de obter previsões quanto as ações e reações ao desenvolvimento das atividades no grupo. De posse dessas revelações, podem-se evitar desajustes comportamentais. Paralelo a essa dinâmica é informado aos educandos o Estado de Direito Pedagógico com o fim de estabelecer limites e se firmar um contrato entre os educadores da oficina e educandos contendo os seguintes elementos: o processo desenvolvido nas oficinas, o período em que está previsto este e as etapas técnicas de aprendizagem da confecção do papel. Durante esse primeiro instante, um supervisor tem a função de avaliar a relação entre o conhecimento técnico do instrutor e o saber pedagógico do educador, na finalidade de interagir, diretamente, com os meninos e auxiliar a compreensão dos primeiros quanto às necessidades dos últimos.

O segundo momento, tem como base a construção de vínculos anteriores e caracteriza-se pela confecção dos papéis, dentro de um espaço de produção, onde se desempenham as seguintes funções: preparador, poupeiro, gramador, papeleiro e prensador.

e) Defesa de direitos

Tem a finalidade de defender e promover os direitos da criança e do adolescente, especialmente os das camadas mais pobres, na perspectiva do efetivo cumprimento da lei, do acesso aos serviços básicos e do desempenho da cidadania.

A atuação se dá nas seguintes áreas:

1. Atendimento - Dar assistência jurídica, sistematizando-a, às crianças e adolescentes do Projeto Axé envolvidos em problemáticas de natureza infracional, sendo possível o acompanhamento ou a assessoria para outras problemáticas de tipo jurídico;

2. Formação - Oferecer informação, formação e orientação sobre direitos e deveres para os educandos do Projeto Axé;

3.Contatos Internos - Encontros dos membros deste setor com integrantes de outras atividades do Centro Projeto Axé para a troca de experiências, avaliação do trabalho e análise da prática. Constituíram-se em reuniões de gerenciamento, equipe técnica e encontros com supervisores e educadores.

4.Contatos Externos - Participação dos membros do setor em seminários, encontros com outras instituições de defesa de direitos.

Centro de Formação de Recursos Humanos e Assistência Técnica

Assim, como a OAF, o Axé tem um Centro de Formação de Recursos Humanos e Assistência Técnica, que se ocupa da capacitação dos profissionais internos e formação externa através de cursos e seminários. Nesta área está situada a Biblioteca.

No Projeto Axé, não se concebe o trabalho voluntário, pois as suas desvantagens colaborariam para a baixa qualidade dos serviços e um alto índice de rotação. Apesar de o trabalho do voluntário não ser pago avalia-se que este tem custos originados na produtividade do mesmo que deixa a desejar pelos seguintes fatores: a) a ausência de benefícios não motiva o exercício das atividades; b) há irregularidade do horário, uma vez que o voluntário doa o seu tempo livre; c) não há um comprometimento com a organização; d) torna-se difícil cobrar a qualidade de uma doação.

Qualidade é palavra-chave para a atração de recursos. Além do curso básico de cada atividade, seminários e treinamentos são vitais para a reciclagem dos funcionários e os mesmos são constantemente avaliados visando as promoções de cargos e salários conforme o quadro de empregos.

Como na OAF, o Axé enfrenta problemas de financiamento, pois recursos nunca são demais diante das muitas necessidades por que passam as ONG's.

Pelos dados observados no Projeto Axé , a arrecadação de recursos foi crescente até o término de 1996. No ano de 1993, a maior captação adveio das contribuições Internacionais e os seus valores somaram o dobro do que era captado pela iniciativa privada que por outro lado deu um super salto e foi quem mais colaborou para o Projeto em 94. O ano de 1995,

foi o período mais representativo das contribuições internacionais e este ficou equiparado as subvenções públicas. Com o convênio entre o Axé e a Secretaria de Trabalho as subvenções públicas passaram a representar a maior fonte de recursos de 96, vindo em seguida a iniciativa privada numa linha descendente desde em que alcançou o pico em 1994.

No ano de 1997 até o mês de agosto de 1997 foi captado mais de 50% dos valores alcançados no ano de 1996, não se pode definir com segurança o total até o fim do ano. Percebe-se que o número de fontes de 1993 até o ano de 1995 quadruplicou, mas a partir de 96 começou a cair bruscamente e hoje o Projeto só é financiado pela Secretaria de Trabalho e Ação Social , Prefeitura Municipal (Subvenções Públicas) , BID, Projeto POMMAR e Terra Nuova⁷, Unicef (Contribuições Internas) e Instituto Airton Senna (Iniciativa Privada).

Durante o ano de 1998, o Axé foi beneficiado pela doação do jogador da Seleção de futebol da Alemanha, Bierhof, com o valor de U\$23.400,00 dólares. Essa doação é resultado da credibilidade que o Projeto vem tendo no Exterior através da divulgação da mídia.

4.2.1 Perfil das famílias acompanhadas pelo Projeto Axé e a escolaridade das crianças e adolescentes.

Ainda não existem dados estatísticos que possam nos fornecer as correlações necessárias para se analisar de uma forma específica a qualidade das famílias acompanhadas pelo Projeto Axé. Porém de uma forma generalizada foi observado nos relatórios características que podem estar ou não dissociadas como:

Há uma tendência de as famílias se organizarem em torno da mãe, embora a posição mais alta da hierarquia familiar seja ocupada pelo pai que se vê na função econômica de manter

⁷ A Terra Nuova, idealizadora do Projeto sempre esteve presente como fonte financiadora do Axé. Ela é uma entidade não governamental , que existe há 23 anos sem vínculos com igreja ou partidos políticos. Atuando em oito países da América latina e dez na África, a Terra Nouva se instalou no Brasil em 15 de setembro de 1989.

materialmente a família enquanto presente. À mulher cabe a orientação das crianças sem contestação.

Observa-se nas mulheres o pensamento de que filhos seguram o pai. Portanto é em consequência desta ilusão que as famílias crescem e não pela ausência de informação sobre planejamento familiar.

Nota-se que as mulheres geralmente não recebem auxílio dos pais de seus filhos na condição de ex-parceiros. Desta forma as separações sobrecarregam as mulheres e os filhos, na tarefa de manutenção da casa das mais diferentes formas, conforme o sexo e idade.

As casas geralmente apresentam apenas um compartimento para toda a família que favorecem conflitos que podem estar ligados aos índices crescentes de alcoolismo principalmente nas mulheres.

O desemprego é uma característica quase generalizada tanto nos pais e mães, pois estes, em sua maioria, são analfabetos. As dificuldades econômicas da família, a ausência de diálogo entre os membros da família, onde o mais velho manda e o mais novo obedece podem levar a fuga das crianças e adolescentes para as ruas, onde ficam sujeitas a todo tipo de risco.

Observa-se que as crianças têm a possibilidade de escolher o seu responsável na ausência dos pais e que há uma preferência total pela estrutura familiar patriarcal.

Considerando que do ponto de vista pedagógico no Axé, a idade mínima indicada para que a criança esteja sendo alfabetizada é de 7 anos, a análise dessa pesquisa englobou apenas as faixas etárias (7 a 12 anos, 13 a 18 anos , 19 a 21 anos).

Dessa forma, contactou-se que dos 411 alunos, 9% destes foram matriculados na alfabetização, 71,29 % no nível I, 14,6% no nível II do primeiro grau. Assim no total 85,89% dos alunos que adentraram as escolas foram para o primeiro grau . Foi observado que no segundo grau só houve matrículas na 1ª série perfazendo um índice de 1,46%. Complementam ainda o quadro de matrículas o curso Supletivo com 3,65 % dos alunos composto pelo supletivo I e supletivo II .

A idade indicada para a criança começar a ser alfabetizada é aos 6 anos, quando ela já passou pelo período de adaptação escolar e adquiriu coordenação motora e audio-visual, elementos necessários para sucesso de sua aprendizagem. Esses fatores bem trabalhados e acompanhados de um desenvolvimento sadio mental e psicológico contribuem para a conclusão do nível 1 do primeiro grau aos 10 anos de idade.

No Axé, as crianças de 6 anos de idade, devido ao seu histórico de carências não se encontram preparadas para a alfabetização. Nesse período, há uma maior solicitação de adaptação e aplicação de atividades essenciais ao futuro aproveitamento da educação e exercício da cidadania das crianças do Axé. Assim, os alunos do Axé começam a ser alfabetizados a partir dos 7 anos.

Apesar do nível I ser um curso para crianças com no máximo 11 anos, dos 293 discentes 17% são crianças e 83% são adolescentes. Desses adolescentes que foram matriculados, a faixa etária que mais responde por esse alto índice é de 13 a 16 anos idade. Este fato confirma as expectativas de defasagem na escolaridade em vista da ausência de obrigatoriedade escolar, repetências geradas pelo abandono a que foram submetidos antes de serem acompanhados pelo Axé.

Observou-se que o máximo de defasagem é de 12 anos, embora este grupo tenha 2 alunos. Há uma concentração de alunos com 4 e 5 anos de defasagem escolar, mas um número relevante necessita recuperar o tempo perdido de 10 a 12 anos. O índice de educandos matriculados nas séries adequadas às suas faixas etárias é 18. Surpreendentemente 12 alunos se encontram em séries adiantadas, sendo que 10 são adiantados 1 ano e 2 avançados 2 anos. Assim, 22 discentes vem apresentando bom rendimento no processo educacional. Vale ressaltar que os alunos considerados adiantados 1 ano estariam adequados à idade se a situação observada não fosse a de crianças e adolescentes de rua. Esse resultado é válido para mensurar a determinação dos mesmos, uma vez que em circunstâncias desfavoráveis ao bom rendimento, conseguem adequar suas idades às séries equivalentes das escolas particulares, ainda que o nível de exigência destas seja bem superior ao das escolas oficiais.

A educação não é avaliada pela quantidade de séries e sim pela qualidade destas. Sabe-se que a dedicação dos docentes e discentes sofre interferência de múltiplos fatores, entre eles o econômico.

Os professores precisam estar sempre reciclando o conteúdo e esta reciclagem solicita tempo e capital. Embora o investimento da estrutura física das escolas tenha aumentado nos últimos anos, os salários dos professores não oferecem condições para a assimilação de novos conhecimentos. Mesmo que haja a oferta gratuita dos meios de informação, não são oferecidas condições para adquiri-las. Os docentes, para complementar sua renda, necessitam de trabalhar, às vezes, até três turnos, portanto os livros doados e emprestados da biblioteca acabam servindo geralmente para enfeite de estantes.

Observa-se que 64% dos alunos matricularam-se no turno noturno devido à carência de vagas nas escolas nos outros turnos.

6 CONCLUSÃO

No primeiro capítulo, chegou-se à conclusão que a política social do Estado ainda não tem um modelo de desenvolvimento eficaz. Não há um planejamento estratégico que resulte em investimentos, o país tem desperdiçado recursos, principalmente na área de educação. Foi destacado o P.G.R.M que tem apresentado resultados positivos nos locais em que vem sendo aplicado, principalmente em Brasília. O Programa objetiva a melhora da qualidade de vida através da educação. O sucesso do mesmo tem despertado o Governo para reproduzi-lo em toda a nação.

Embora tenha subsídios que atendam às necessidades de curto e de longo prazo, o programa não promete o mesmo sucesso a nível federal. Os custos do programa na sua íntegra sairia muito caro para o orçamento e a sua versão co - criada pela equipe de F.H.C não resolveria o problema de miséria em que se encontram as famílias, pois o valor da complementação de R\$ 15,00 (quinze reais) é irrisório por aluno. O programa tem força em Brasília porque a complementação equivale a um salário mínimo, assim a criança e o adolescente na faixa etária de 7 à 14 anos de idade que estiver freqüentando a escola recebe uma bolsa – escola para atender suas necessidades básicas.

Em Brasília, o programa representa 0.6% do orçamento e beneficia 22.608 famílias. Um programa nacional só estenderia a 2,3 milhões de famílias até o ano 2.002, pois uma série de restrições deixariam de fora parte dos municípios, custaria caro ao orçamento e não solucionaria os problemas particulares destas famílias. Sendo assim, o Brasil estaria gastando em vez de investir.

Num momento em que não se tem controle do *deficit*, é preciso saber em que, para que e como investir. A Educação só é investimento quando é de qualidade. Não basta freqüentar as escolas, o corpo docente tem que estar qualificado, o aluno bem nutrido e o ensino dirigido para a realidade do mesmo. É necessário informá-lo, dar-lhe condições de desenvolver o raciocínio crítico, não mais programá-lo para a reprodução do sistema.

Uma política social urge no Brasil, porém o Estado está contendo os seus gastos. Diante das necessidades, o Terceiro Setor tem sido uma alternativa para a política social. Durante a década de 90, pós Constituição do ano de 1988, houve o “boom” das ONG’s no Brasil em resposta à crise sócio – econômica, inclusive na área de crianças e adolescentes com a elaboração do ECA.

A monografia questionou o papel das ONG’s e a aliança da mesma com o Primeiro e o Segundo Setor. Foi levantado o fato de as ONG’s sofrerem limitações em suas ações, pois a maioria dos recursos vem de terceiros, o que as sujeita à burocracia das financiadoras. Ficou evidente pelo índice de transferências que a maioria das agências considera o Brasil prioritário, porém essa prioridade não é garantida. O reconhecimento de que o processo de exclusão é consequência de uma ineficiência das políticas implantadas para o desenvolvimento nacional e não por falta de recursos econômicos é um fator que tem pesado contra na cooperação. A aliança das ONG’s com o Estado brasileiro reproduz as mazelas do segundo, uma vez que o primeiro também vive de seus recursos. Outra variável que limita a sua ação é a afinidade ou não com o grupo beneficiário. Questionou-se o impacto sócio - econômico, uma vez que as ONG’s apresentam os custos administrativos e da folha de pagamento bem mais altos que as despesas sociais. Assim parte dos recursos não chegariam aos beneficiários. Mas ao longo da pesquisa, na avaliação feita pela OAF sobre o “Projeto BID” fica claro que essa é apenas uma visão pessimista e tendenciosa, pois as liberações de recursos ocorrem em parcelas a medida em que vai sendo realizado o projeto. Os financiamentos ocorrem em contrapartida.(A OAF produz móveis e fardas para todos os órgãos).

Outro problema enfrentado pelas ONG’s que orientam os meninos de rua, é a esmola e o preconceito com o profissional dessas organizações. A esmola vicia o indivíduo, pois a proposta das ONGS é o investimento no capital humano e atende às necessidades básicas. Tanto a criança como o adolescente carente não têm noção de futuro e essa idéia é mais comprometida com a certeza de que não terão emprego, pois as empresas recebem o profissional com o seu histórico de vida.

Observou-se que a maioria dos alunos consegue alcançar a integração familiar, pois não são mais crianças e adolescentes de rua. Quando não alcançam essa integração, passam a conviver com uma família substituta, como é o caso dos internos da OAF.

Quanto à Educação, não é de total responsabilidade das ONG's, pois estas apenas acompanham a aprendizagem dos alunos. Avaliam a frequência, mas não ensinam. O ensino é aplicado por outras instituições que apresentam problemas como professores não qualificados e a carência de vagas nos turnos matutinos e vespertinos.

Nesse sentido, a OAF e o Axé diante da dimensão da situação de risco em que se encontram as crianças e adolescentes não pretendem ser sua solução. Mas têm como objetivo ser um canal de abertura entre o mundo dos “expropriados e personalizado”⁸ (Projeto Axé, 1993) através da reconstrução da unidade social baseada na conquista da cidadania e, conseqüentemente, na igualdade dos direitos. Diante destas propostas políticas e pedagógicas, os resultados alcançados foram positivos. A OAF cresceu muito ao longo desses quarenta anos servindo às crianças e adolescentes das periferias de Salvador e o Axé, com o auxílio da mídia demonstrando o seu trabalho, conquistou a projeção internacional. Isoladamente os impactos econômicos das ONG's são pequenos, pois a dimensão da crise é extensa, mas ideologicamente o trabalho sério da mesma através de suas ações e denúncias tem despertado o cidadão para luta de seus direitos e o sentido de solidariedade. Progressivamente a sociedade vem se manifestando, tendo consciência que essa é uma luta de todos.

É importante ressaltar que as ONG's não substituem o Estado. Até mesmo porque as primeiras agem em parceria com o Governo. O que na realidade ocorre é a terceirização de serviços. Com a ação das ONG's, o papel do Estado vem sendo reduzido. Espera-se que o mesmo trace um modelo de desenvolvimento capaz de gerar emprego, pois apesar do índice de analfabetismo, o Brasil tem se dado ao luxo de desperdiçar seu capital humano qualificado.

⁸ Expropriados - sem direito, sem trabalho, cuja identidade se perde na multidão dos pobres. Personalizado-empresarial, o mundo da alta tecnologia, do poder e dos direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAIROS, L . Reflexão sobre o trabalho do menor. **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v.7 , p. 3-7, maio / ago.1986.

BANKS,H . Germa industry is fleing Germany. Why ? **Revista Forbes**, maio,1997.

BARROS, R.P , SANTOS, E.C . **Aspectos de participação dos menores no mercado de trabalho: Brasil 1988**. Brasília: IPEA, jul.1991. p.1-17. (Relatório Interno, n.7)

BAVA, S. Pela extinção da Comunidade Solidária. **Jornal ABONG**, São Paulo, n.14, p.11, fev.1996.

BARROS, R.P , MENDONÇA, R.S.P . Pobreza, estrutura familiar e trabalho. Brasília: IPEA, fev.1995, p.1-27. (Texto para Discussão, 366).

BRASIL .Congresso.Câmara dos Deputados. **Projeto de lei n. 2.561 de 1992**. Brasília, 1992

CAMPELLO, C.M.T. Centro Projeto Axé: atuação e metodologia de ação; **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, SEI, n.29, p. 16-19, out.1996.

CAMPELLO, C.M.T . OAF-um exemplo de ONG voltada para o trabalho com criança e adolescente. **Conjuntura &Planejamento**, Salvador, SEI, n.18, p. 13-15, nov.1995.

CÂNDIDO, M . Meninos de rua, meninos na rua: as novas formas de ver e enfrentar a questão. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v.6 , n. 1,p.105-109, jul.1996.

CARVALHO,J, TEIXEIRA, A . As ONG's's e as mudanças do estado brasileiro contemporâneo. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v.7, n. 4, p. 39-47, mar.1998.

- COMUNIDADE SOLIDÁRIA. O Papel estratégico do Terceiro Setor - **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v.7, n 4, p. 60-67, mar.1998.
- COUTO, V. A .**A questão social no Brasil: um caso de Welfare State Bastardo**. Salvador :UFBA , [19_ _]. Texto digitado.
- COUTO, V. A . **Desemprego estadual e terceiro setor**. Salvador : UFBA, jul.1995. Texto digitado
- COUTO, V. A, ARAGÃO, F.S. O Sistema Brasileiro de Proteção Social. **OPS**, Salvador, v.2, n.5, Verão,1997.
- DOMINGUES, V.C, LEONELLI,V. Políticas públicas e organizações não governamentais. **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v.8, n.1/2,p.13-14, jan./ago.1991.
- FARIAS, I. Características sócio - demográficas das crianças e adolescentes acompanhadas pelo Projeto Axé. **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v.9,n. 1,p. 29-35.jan./abr.1992.
- FERREIRA, D . Um problema antigo. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v.1, n. 6,p. 9-10, jul.1991.
- FERREIRA, D. Ação governamental. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v.7, n. 4, p. 83-85, mar.1998.
- GLISSER,M., NOLETO. , P, PAVAN,R. A atuação do UNICEF na Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v.6, n.1,p. 100 –104, jun.1996.
- FERREIRA, D. Política social na Bahia - crianças, adolescentes e idosos **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, SEI, n.40 , p.18-19 set.1997.
- INOUE, C.Y. Bases para um novo pacto de cooperação. **Cadernos da ABONG**, São Paulo, n.17, jul.1997.
- JABOR.A.(1997,fev. 4) .Novos prefeitos do Brasil precisam ir à Bahia . **Folha de**

São Paulo, [Online]. – <http://www.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq040026.htm> [1997]

JACCOUD, L . Eficiência e eficácia em política sociais. **Documento de Política**, Brasília, IPEA, n. 04, maio 1991.

KADT, E . As ONG's e o desempenho institucional: o programa
de co -

financiamento dos países baixos no Brasil. **Cadernos ABONG**, São Paulo, n. 24
abr.1998

LANDIM. L. , COTRIM. L.L . **ONGs**: um perfil - cadastro das filiadas à associação
brasileira de ONG's, São Paulo: ABONG/ISER, 1996.

LOAS. **Relatório final da I Conferência de Assistência Social**, Brasília ,1991.

LOPES.A. , PETRAS, J. A âmbigua ajuda das ONGs na Bolívia.**Caderno do CEAS**,
Salvador, n. 156, p.56-71, [199-].

MÉDICE.A. , MARQUES, R. **Financiamento e desempenho das políticas sociais**
1980-1991. São Paulo, set.1992. Apostila xerocopiada

MÉDICE.A.C . O desempenho financeiro das políticas sociais federais; Subsídios à
Conferência Nacional de Assistência Social - 2 , os gastos públicos federais;
Cadernos ABONG, São Paulo, out.1995.

**MIGLIOLI, J .Acumulação de capital e demanda efetiva. São Paulo
:TAQ,1991**

PAVAN, R.. Uma visão panorâmica sobre as ONG's . **Bahia Análise & Dados**,
Salvador, SEI, v.7, n. 4, p. 58-59, mar.1998.

PAVAN,R. . Implementação do estatuto da criança e do adolescente na Bahia .
Bahia Análise & Dados, Salvador, SEI, v.6,n.1, p.86-88, jun.1996.

PEREIRA, B.L.C . **Estado e subdesenvolvimento industrializado**, 1977.

POELHEKK, F. Um olhar sobre as agências. **Cadernos da ABONG**, São Paulo, n.13, maio, 1996.

PONTES, L., BAVA, C. S . As ONGs e as políticas públicas na construção do estado democrático. **Jornal da ABONG**, São Paulo, n.12 , out. 1995.

PROJETO AXÉ. **Módulo II**. Salvador, 1993

QUADROS, T. Mudanças na economia mundial e impacto nas ONG's - **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v.7 n. 4, p. 16-25, mar. 1998.

REIS, A.M.B: **O Axé da Bahia**: uma força criadora capaz de transformar. a história dos meninos que vivem na ruas de Salvador.[s.l]:[s.n.], 1993.

RIFKING, J. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho; Tradução Gabriela Bahr. São Paulo: Macron Books, 1995.

SÁ, X . [1996, jun.09].ONGs vivem fenômeno de “chapa branca” . **Folha de São Paulo**, [Online] <http://www.uol.com.br/fsp/brasil/fc090612.htm> [1997].

SILVA, L.C.E –**O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida**. Brasília: IPEA , ago.1992. (Texto para Discussão,274)

SILVA, A - Do privado para o público: ONG's e os desafios da Consolidação Democrática . **Caderno do CEAS**, Salvador, n,146, p. 36 – 46, 1993.

SINGER, P . Limites da política liberal . **Jornal ABONG**, São Paulo, n.14, p.2-4, mar.1996.

SOUZA, C. SCHWEIGERT, H. OLIVEIRA, R. ONG's nordestinas: transformação e permanência, **Cadernos da ABONG**, São Paulo, n.14, 1996.

SOUZA, F.F. Efeitos do Plano Collor no mercado regional . **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador,v.7, n.1/2, p. 4-8,. jan./ago.1990.

TAVARES, M. C. Resultados de uma agenda negativa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 06. nov.1995.

WILHEIM, A.M. FERRAREZI, E . Iniciativas empresariais e projetos sem fins lucrativos. **Cadernos da ABONG**, São Paulo, n.12, 1995.

YAZBECK, M.C. A política social brasileira nos anos 90: a refileantropização da questão social. **Cadernos CEAS**, Salvador, v.11,p. 5-8. out./1995,.

Anexos

